



ATA Nº1/2022

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE FEVEREIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

----- Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Ourém, em sessão ordinária, no antigo edifício dos Paços do Concelho, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte: -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 08/2021 referente à sessão ordinária de 2021.12.28 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

----- **02.01** – Período de intervenção aberto ao público. -----

----- **02.02** – Atividade municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

----- **02.03** – Apreciação e votação da proposta camarária – mapa de fluxos de caixa (ano económico de 2021) e 1.ª revisão orçamental (ano económico de 2022). -----

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – adenda ao protocolo celebrado com o Município de Tomar. -----

----- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – Regulamento do Centro de Recolha Oficial de Animais do Município de Ourém – versão final. -----

----- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – pedido de isenção de pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----



----- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Alburitel – pedido de isenção de taxas. -----

----- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação de Bem Estar de Urqueira - Pedido de isenção de taxas. -----

----- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – Contrato de delegação da competência “Gestão e conservação do Cemitério Municipal e da Casa Mortuária” -----

----- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – Descentralização administrativa - Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – área da saúde. -----

----- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – Conselho Municipal de Educação – designação de representante de Junta de Freguesia no Conselho. -----

----- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – Conselho Municipal de Saúde – designação de representante de Junta de Freguesia no Conselho. -----

----- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – Conselho Municipal de Segurança - Designação de representantes. -----

----- **02.14** – Período de intervenção aberto ao público. -----

----- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores:-----

----- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente AMO -----

----- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----

----- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----

----- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.ª Secretária AMO -----

----- Nuno Manuel Pinto Dias – 2.º Secretário AMO -----

----- Helena Santos Pereira -----

----- Mónica Filipa Gaspar Faria -----

----- Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques -----

----- Otilia Cristela Antunes Marto -----

----- João Carlos de Jesus Pereira -----

----- Filipe Remi Callebaut Mendes -----

----- Tiago Ferreira Simões Vieira -----



----- Francisco Emanuel Marques Lopes -----

----- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques -----

----- Victor Oliveira Santos -----

----- João Filipe Campos Catarino -----

----- Jorge Pereira da Silva -----

----- Paula Cristina de Oliveira Martins -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), fizeram-se substituir os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira, eleito na lista PPD/PSD, foi substituído pelo senhor **Manuel Lourenço dias** -----

----- Otilia Cristela Antunes Marto, eleita na lista CDS-PP, foi substituída pelo senhor **Nuno Miguel Neves dos Prazeres** -----

----- Não compareceu, tendo justificado a respetiva falta, o membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

----- Sílvio Soares da Conceição -----

----- Verificou-se a presença dos senhores PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: ---

----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Marques Carriço -----

----- Freguesia de Atouguia – Luís Manuel Gameiro Oliveira -----

----- Freguesia de Caxarias – Nelson Nuno Duarte Antunes -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----

----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Luís Pereira de Oliveira -----

----- Freguesia de Seiça – Ângela Vanessa Chaves Marques -----

----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco -----

----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – António Manuel Oliveira da Silva -----

----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----



----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias Lopes -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua a alínea c), do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fizeram-se substituir: -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Secretária, Ana Sofia Gonçalves Reis -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Tesoureira, Ana Rita Pereira Costa Bento -----

----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----

----- Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

----- Natálio de Oliveira Reis -----

----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----

----- Rui Manuel Simões Vital -----

----- Micaela Abrantes dos Santos Durão -----

----- Senhores Vereadores em regime de não permanência:-----

----- Humberto Luís Ferraz Antunes -----

----- Cília Maria de Jesus Seixo -----

----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas dezassete horas e trinta e cinco minutos. -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 08/2021 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 2021.12.28. -----



----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a ata aprovada, por unanimidade, com o voto dos membros presentes na referida sessão.** -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou do seguinte: -----

----- Comunicação da Câmara Municipal, dando conhecimento da deliberação camarária, tomada na reunião de 07 de fevereiro de 2022, no âmbito “FATIPARQUES – Parque de Negócios Ourém/Fátima, S.A. – dissolução e pagamento aos acionistas” -----

----- Comunicação da CPCJ-Ourém – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, remetendo um exemplar do “Relatório Anual da Atividade da CPCJ de 2021” -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

01.03 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS.-----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores: -----

VOTO DE PESAR-----

----- Tomando a palavra, o Segundo Secretário da AMO, senhor NUNO MANUEL PINTO DIAS, em nome da Mesa da AMO e de todos os representantes dos grupos municipais com assento neste Órgão deliberativo, apresentou o seguinte: “**VOTO DE PESAR**-----

José Gaspar Pereira faleceu a 22 de janeiro de 2022, aos 92 anos. Com uma longa vida ao serviço da comunidade, foi uma importante figura do concelho, tendo presidido ao executivo da então denominada Junta de Freguesia de Rio de Couros, cargo que ocupou entre 1 de janeiro de 1994 e 31 de dezembro de 1997. -----



Pela importância do seu legado e pelo contributo que emprestou ao desenvolvimento do nosso território, a Assembleia Municipal de Ourém propõe um Voto de Pesar pelo seu falecimento, prestando homenagem a tão ilustre munícipe e manifestando as mais sentidas condolências à sua família, perante a dor da sua perda.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- **VOTO DE PESAR** -----

----- Tomando a palavra, o Segundo Secretário da AMO, senhor NUNO MANUEL PINTO DIAS, em nome da Mesa da AMO e de todos os representantes dos grupos municipais com assento neste Órgão deliberativo, apresentou o seguinte: “**VOTO DE PESAR** ----- Fernando Rodrigues Major será para sempre recordado pela forma como marcou o desenvolvimento do nosso Concelho, e pelo contributo que deu para a melhoria da qualidade de vida das largas dezenas de famílias a quem deu emprego. -----

Apaixonado pela sua freguesia de Espite, sempre pugnou pelas causas públicas e pelo bem-estar da comunidade. -----

Assumindo um papel ativo junto das entidades decisoras, representou as gentes de Espite na qualidade de vogal da Junta de Freguesia de Espite de 1985 a 2009 e Assembleia Municipal, na qualidade de membro eleito para quatro mandatos, de 1985 a 1997, e de 2009 a 2013. -----

Pela importância do seu contributo para o crescimento e a valorização do concelho, a Assembleia Municipal de Ourém propõe um Voto de Pesar pelo seu falecimento, associando-se à família enlutada, manifestando profundas condolências nesta hora de perda e dor.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- **VOTO DE PESAR** -----

----- Tomando a palavra, a Primeira Secretária da AMO, senhora ANA MARGARIDA HENRIQUES NEVES VIEIRA, em nome da Mesa da AMO e de todos os representantes dos grupos municipais com assento neste Órgão deliberativo, apresentou o seguinte: -----



“VOTO DE PESAR -----

Falecido a 26 de janeiro de 2022, Armando Pereira Francisco, conhecido na comunidade por Armando da Desarfate, destacou-se pelo seu contributo ao desenvolvimento económico, social, cultural e desportivo não só da freguesia de Fátima, mas também de toda a região. Além dos seus inúmeros gestos de solidariedade junto da comunidade e das instituições locais, a sua ação foi plena em valores sociais, estando perpetuada no forte contributo que deu à fundação e criação de instituições de relevo, como a Junta de Freguesia de Fátima, a Casa do Povo de Fátima, os Bombeiros Voluntários de Fátima, a Paróquia de Fátima e a Santa Casa da Misericórdia de Fátima-Ourém. -----

Armando Pereira Francisco assumiu também um papel preponderante para a comunidade, na criação de emprego, através da sua atividade profissional, contribuindo, deste modo, para o bem-estar social de centenas de famílias de toda a região. -----

Associando-se à dor da sua família, a Assembleia Municipal de Ourém propõe um Voto de Pesar pelo falecimento de Armando Pereira Francisco.” -----

----- Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- VOTO DE PESAR -----

----- Tomando a palavra, a Primeira Secretária da AMO, senhora ANA MARGARIDA HENRIQUES NEVES VIEIRA, em nome da Mesa da AMO e de todos os representantes dos grupos municipais com assento neste Órgão deliberativo, apresentou o seguinte: -----

“VOTO DE PESAR -----

José Coelho Heleno faleceu a 31 de janeiro. Um dos hoteleiros mais antigos e respeitados da cidade de Fátima, acompanhando o crescimento e desenvolvimento desta cidade. -----

A par da sua vida familiar e profissional, José Coelho Heleno não descurou o associativismo e altruísmo. Foi presidente, secretário e tesoureiro do Rotary Club de Fátima, tendo ele e os seus companheiros oferecido à cidade o Monumento ao Peregrino, situado na Rotunda Norte. Fez parte da direção do Centro Paroquial de Fátima e foi membro da Associação de Restaurantes e Hotéis do Centro e, por inerência, também fez parte da Comissão de Turismo de Leiria.



Também fez parte do movimento “Pró-concelho de Fátima”. Foi membro da Assembleia Municipal de Ourém de janeiro de 1980 a junho de 1981. -----

Pela importância do seu contributo para a valorização da cidade de Fátima e do concelho de Ourém, a Assembleia Municipal de Ourém propõe um Voto de Pesar pelo seu falecimento, associando-se à família enlutada, manifestando profundas condolências nesta hora de perda e dor.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

----- **VOTO DE PESAR** -----

----- Tomando a palavra, a Primeira Secretária da AMO, senhora ANA MARGARIDA HENRIQUES NEVES VIEIRA, em nome da Mesa da AMO e de todos os representantes dos grupos municipais com assento neste Órgão deliberativo, apresentou o seguinte: -----

“**VOTO DE PESAR** -----

Falecido a 10 de janeiro, Manuel Teixeira Guerra, destacou-se particularmente no desempenho de funções autárquicas, nomeadamente enquanto presidente da Junta de Freguesia de Alburitel, cargo que exerceu entre 2002 e 2005, e membro eleito à Assembleia Municipal de Ourém entre 2009 e 2011. -----

Não sendo ourensense de nascimento, teve uma forte ligação a Ourém, através do seu valioso contributo para o desenvolvimento económico e social do nosso território. -----

Associando-se a este momento de tristeza e dor, a Assembleia Municipal de Ourém propõe um voto de pesar a Manuel Teixeira Guerra, manifestando as mais profundas condolências à família enlutada.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos, -----

Saúdo esta Assembleia Municipal na pessoa do Senhor Presidente. -----



Começo esta minha intervenção política dizendo que o MOVE tem assumido, desde a primeira hora, uma postura activa, séria e colaborante em todos os órgãos autárquicos de que tem feito parte. -----

Sempre que estiveram em causa matérias que tinham a ver com a vida das pessoas, o MOVE não abdicou nunca do seu estatuto de movimento independente e de cidadania, procurando encontrar soluções ou fazer propostas para mitigar os diversos problemas que se iam colocando. -----

Exemplo disso, é a problemática que envolve as pedreiras na zona de Fátima, cuja actividade extrativa o MOVE não põe em causa, mas isso não poderá servir de pretexto para enfiarmos a cabeça na areia em relação aos impactos negativos que essas explorações provocam na vida quotidiana das populações, seja pelo ruído, pelo pó, pela saúde ou pela degradação paisagística e ambiental. -----

E faço notar, que este é um problema persistente, duradouro, e que não se coloca apenas quando há eleições de quatro em quatro anos. A vida daquelas populações não melhora só porque as eleições passam. -----

Aliás, já em Dezembro de 2017, o MOVE propunha, nesta mesma Assembleia, que a Câmara Municipal levasse a efeito junto das populações uma sessão de esclarecimento quanto a esta temática, proposta essa que caiu em “saco roto”. -----

Outro problema candente que penaliza os cidadãos é a questão da água e dos preços exorbitantes que os consumidores pagam. -----

Aliás, em Janeiro do ano passado, a propósito da sobrefaturação da empresa BE WATER e na sequência das inúmeras queixas que se verificaram por parte dos consumidores, o MOVE deu nota pública da sua indignação em relação a esta matéria. -----

Na altura, não se compreendia qual a razão por que a Câmara Municipal não agira preventivamente, optando antes por correr atrás do prejuízo e a reboque da insatisfação dos ourienses. -----

O MOVE propôs inclusivamente que a Câmara promovesse ou diligenciasse pela realização de uma auditoria às contas, mas, mais uma vez, não só não obtivemos resposta, como a nossa proposta cairia também em “saco roto”. -----



Termino dizendo o seguinte: já que agora se tornou moda falar em sustentabilidade ambiental, a verdade é que a Câmara Municipal é prolixa na teoria, mas depois na prática comete as maiores barbaridades. -----

Refiro-me, em concreto, ao recente abate e às podas de árvores em Ourém e Fátima, ao arrepio da lei e das melhores práticas, o que demonstra insensibilidade e falta de estratégia neste domínio. -----

De facto, tal como denunciámos publicamente, quando se escolhe uma árvore, é importante prever o seu desenvolvimento até ao estágio de adulta, e proceder a podas de formação que respeitem o seu desenvolvimento saudável. -----

Assim, ao invés de andarmos a maltratar a natureza, que tal criarmos um banco de sementes e um viveiro de plantas autóctones e de espécies de produção típicas da nossa região, uma vez que é certo e sabido que muitas variedades agrícolas e frutícolas estão a desaparecer? -----

Estes são, pois, apenas três exemplos do modo como o MOVE encara a sua intervenção na vida pública. -----

Oxalá haja alguém lhes dê algum seguimento. -----

Aproveito para endereçar um voto de solidariedade para com o povo da Ucrânia e, em especial, todos os ucranianos que residem no nosso concelho. -----

Obrigado!” -----

= **FRANCISCO EMANUEL MARQUES LOPES**, e nome do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “A indescritível guerra iniciada ontem pela Federação Russa na Ucrânia, representa não só um ataque infame a um país soberano, mas também uma violação grosseira do Direito Internacional que ninguém pode deixar de condenar. -----

O CDS-Partido Popular, solidariza-se com todo o povo ucraniano e, em especial, com as famílias das já centenas de vítimas deste lastimável conflito, bem como, exorta o Governo português a atuar em conjunto com a comunidade internacional, no quadro das Nações Unidas, da Nato e dos governos aliados, a fim encontrar uma solução efetiva, rápida e consequente para pôr cobro à guerra na Ucrânia. -----

O nosso lado, é ao lado de uma Nação soberana atacada e invadida pela possessão imperialista de um tirano. O CDS-Partido Popular bater-se-á sempre pela defesa intransigente



da matriz de valores do ocidente, tais como a Liberdade, a Soberania, a Ordem Internacional, o Estado de Direito e a Paz, pois são estes os valores que compõe o coração político atingido por este ataque militar.” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, na qualidade de representante do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Não há palavras que alterem os números. Os eleitores são soberanos. Reconhecemos e aceitamos com humildade os resultados da noite eleitoral de 30 de janeiro, resultados esses que infligiram ao CDS-Partido Popular uma amarga derrota, traduzindo-se esses mesmos resultados na perda da representação parlamentar do partido e, conseqüentemente, de largas centenas de votos. Sobre o círculo eleitoral do distrito de Santarém, à imagem do cenário global, ficou bem patente que houve uma dispersão de votos à Direita, cujo principal prejudicado foi o CDS-PP. -----

No atual cenário político temos hoje novos partidos que cimentaram a sua representação na Assembleia da República. Apesar deste facto, os resultados negativos não nos demovem. Continuaremos na linha da frente na defesa de um projeto político de direita, democrático e humanista. Não nos resignamos ao facto de o espaço político que o CDS significa e representa não estar representado neste momento na assembleia da República. -----

Parabenizo o Partido Socialista pela vitória nestas eleições legislativas. Parabenizo também o Partido Social Democrata pela vitória no Concelho de Ourém, e conseqüentemente, endereço um cumprimento especial ao Presidente deste órgão, João Moura, pela sua eleição como deputado da Nação, desejando-lhe as maiores felicidades no exercício do mandato. Em meu nome e, em nome da bancada que represento, agradeço a todos os Oureenses que confiaram o seu voto no CDS-Partido Popular e reitero o nosso compromisso para com a nossa terra, e por cá continuaremos como sempre, a trabalhar por Ourém e pelos Oureenses.” -----

= **VICTOR OLIVEIRA SANTOS**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Excelentíssimos -----

Senhor. Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----

Excelentíssimos -----

Senhor. Presidente da Camara, Senhoras vereadoras e Senhores Vereadores, -----

Excelentíssimos -----



Senhoras e Senhores Deputados, -----
 Comunicação Social presente -----
 Público presente e que nos acompanhas na transmissão online, -----
 O processo eleitoral que terminou no dia 30 de janeiro, resultou numa vitória inequívoca do Partido Socialista. Esta vitória é fruto do reconhecimento do trabalho e da credibilidade de António Costa enquanto Primeiro-Ministro. Os portugueses mostraram que querem um Governo do Partido Socialista, que conseguiu assim a sua segunda maioria absoluta em legislativas, com 117 deputados e 41,6%, deixando o Partido Social Democrata (PSD) a 13 pontos percentuais e 71 deputados, perdendo 6 comparativamente a 2019. -----
 Também no Distrito de Santarém ficou bem patente o reconhecimento do trabalho e da credibilidade do Governo e dos deputados do círculo eleitoral, o que se traduziu numa vitória arrebatadora tendo o Partido Socialista vencido em 20 dos 21 Concelhos. Este resultado é merecedor de uma palavra especial de reconhecimento ao Presidente da Federação, Hugo Costa, por este resultado tão expressivo. Cumprimento igualmente João Moura pela sua eleição desejando-lhe votos de um bom mandato. -----
 No concelho de Ourém há a salientar um aumento na votação no Partido Socialista, subindo de 21,82% (o que significa 4.890) votos em 2019, para os 24,45% (que representa 5.699 votos) em 2022. Estes resultados traduzem-se num importante crescimento de 809 votos. Levando a uma vitória do Partido Socialista nas freguesias de Seiça e Alburitel. -----
 Ainda no rescaldo destes resultados eleitorais lamento que o CDS-PP tenha deixado de ter representação parlamentar, pois sendo um dos partidos fundadores da democracia este facto vem enfraquecer o sistema e o debate político português. -----
 Estas eleições registaram ainda um aumento da participação eleitoral, comparativamente a anos anteriores, facto que nos deve encorajar e levar a refletir acerca da estratégia a seguir para continuar a diminuir a taxa abstenção. Quero agradecer aos elementos que compuseram as mesas de voto, o seu esforço permitiu que esta eleição se realizasse e a eles todos um bem hajam. -----
 O Partido Socialista irá honrar a responsabilidade depositada neste ato eleitoral e realçar que Juntos Seguimos e Conseguimos. -----



Por fim, termino com uma manifestação de solidariedade ao povo Ucrainiano abraços com uma guerra, provocada pela Rússia. Ficámos incrédulos, estamos perante um conflito armado que chegou sem anúncio oficial, alicerçado numa ideia de que a autodeterminação de um povo apenas pode existir se estiver alinhado interesses de um ditador que vive agarrado a velhas formas de fazer política e de estender a sua influência.” -----

----- **VOTO DE RECONHECIMENTO** -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde, -----

Na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes e a quem nos ouve pelos meios digitais. -----

Temos de dar efetivamente valor a quem, numa situação de constrangimentos vários originados pela pandemia, continuou, na cultura e no desporto, com muita resiliência, a executar a sua arte, treinando com afinco, provavelmente quase todos os dias da semana. -----

O sucesso surge da perseverança e do gosto por aquilo que se faz, ultrapassando os mais diferentes obstáculos. -----

É assim que vão surgindo êxitos e performances que devem ser dignas de nota como forma de motivação para futuras conquistas. -----

Sublinhamos nos últimos tempos os seguintes feitos de Ourienses: -----

- **A Orquestra de Sopros da Academia de Música Banda de Ourém**, sendo um grupo amador, tem-nos habituado a uma qualidade musical digna de registo e isso não é novidade, mas é de assinalar o facto de se terem candidatado a um concurso internacional (WMC Kerkrade 2022) que irá ter lugar em Kerkrade na Holanda, no mês de julho. Para isso, tiveram de apresentar a uma pré-seleção uma gravação ao vivo de uma peça, gravação essa que efetuaram nas Capelas Imperfeitas do Mosteiro da Batalha. -----
- Souberam recentemente que tinham sido selecionados para o referido concurso, sendo o único grupo português na sua categoria. -----



Independentemente do resultado do mesmo, entendemos que nos devemos congratular com o feito e desejar que a prestação em terras dos Países Baixos, nos deixem a todos muito orgulhosos. -----

- Aos 12 anos, **David Anagnoste**, natural da Roménia, mas a viver em Ourém desde muito pequeno, é o único bailarino português do seu escalão a conseguir a seleção para a final, em abril, do Youth America Grand Prix, que irá decorrer na cidade de Tampa situada no Estado da Flórida, nos Estados Unidos da América, uma das maiores competições de dança do mundo. Este aluno da Arabesque – Academia de Dança (instituição de formação artística da cidade de Ourém com cursos de dança em regime livre e vocacional) encontra-se no ensino articulado com a Escola Básica e Secundária de Ourém e tem-se destacado como bailarino nos últimos anos, tendo já conquistado vários prémios internacionais, fruto do seu gosto pela arte e do muito treino e dedicação. Este é um feito que também nos merece ser salientado pois a participação em si já é um sinal de que se entrou num circuito de elite, desejando muito sucesso no concurso onde estará presente. -----

- A **Rita Maria Gomes Silva** tem 17 anos e faz patinagem artística desde os seus 5 anos na Juventude Ouriense. -----

Tem tido vários prémios ao longo dos anos, salientando-se os seguintes resultados em provas oficiais em que participou no ano de 2021: -----

- Campeonato Distrital do Ribatejo - Campeã Distrital de Júniores; -----

- Taça do Ribatejo - 2.º lugar; -----

- Torneio Majors - 1.º lugar; -----

- Torneio Open - 2.º lugar; -----

- Taça de Portugal - 4.º lugar; -----

- Campeonato Nacional - 11.º lugar; -----

Salienta-se que atualmente se encontra em **6.º lugar no Ranking Nacional** do seu escalão. -----

Apesar de todos os condicionalismos impostos pelos confinamentos, o seu gosto pela patinagem e trabalho árduo, permitiu que os bons resultados continuassem a surgir. -----



Votos de continuação de excelentes resultados no ano de 2022. -----

O Grupo Municipal do PSD apresenta assim, um voto de reconhecimento pelos feitos conseguidos por todos, os quais levam o nome de Ourém bem longe.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de reconhecimento aprovado por unanimidade.** -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES** expôs o seguinte: “Cumprimento todos na pessoa do Sr. Presidente desta Assembleia -----

Por estes dias, fomos novamente surpreendidos pela capacidade da n/ Câmara Municipal, de ir além daquilo que poderíamos imaginar..... -----

Quando já todos tinham baixado os braços em relação à Av. João XXIII, pois os mesmos tinham aprovado a sua requalificação enquanto oposição ainda não tinham aquecido o lugar, logo a relegaram para outros dias, pois, começaram a temer o que quer que seja..... -----

Quando todos já sabiam da requalificação da estrada de Minde desde meados do mandato anterior - estrada essa que nunca se percebeu como chegou à esfera municipal de forma repentina e já na época a precisar de requalificação profunda –, torna-se prioritária em 2022!!..... -----

E, num golpe de mágica, assim do nada, ficamos a saber que há um dossier a entregar ao ministro, para apoio nas infra-estruturas, avaliadas em 10 milhões e, imagine-se mais, pela 1ª vez se ousa assumir, que não há dinheiro para isto, mas, modestamente, não estamos a pedir tudo..... hilariante? -----

Sim..... sobretudo quando irá hoje ser aprovada a 1ª revisão orçamental deste ano, à imagem de anos anteriores, sobra dinheiro aos orçamentos..... -----

E se a estas obras somarmos a Av. Irmã Lúcia.... Fica o pacote completo?? Não, ainda vamos mais longe e arriscamos em vias interiores da cidade de Fátima..... Gostaria de perguntar às mesmas pessoas que em tempos me acusaram de não ter ideia de quanto tempo custa e demora fazer um projecto de requalificação, se há regras ou capacidades que mudaram! -----

Senhores, tudo isto para receber condignamente o Papa, que, já desde 2019 se sabia que viria a Fátima, local obrigatório quando vem a Portugal, estando previsto para 2022 e alterado para 2023! -----



Senhores, estamos a 18 meses da data, sem qualquer preparação e fazemos este brilharete que quase seria uma espécie hara-kiri político em qualquer outro lugar, mas, por cá, fica bem e mantem a dinâmica dos mesmos discursos, repetidos e repletos de obras e milhões!!.... -----

Mas, tenho de me congratular pelo facto de se lembrarem que Fátima, enquanto cidade e freguesia existe, nem que seja para suplicar uma esmola, pois modestamente, não estamos a pedir o dinheiro todo, dizem!! -----

Fátima, merece muito mais respeito que isto! -----

Fátima, que circunstancias normais, recebe anualmente mais de 5 milhões de pessoas que demandam todos os tipos de serviços, gerando muitos investimentos privados, gerando emprego e arriscaria apontar como sendo a principal responsável pelo quase pleno emprego deste concelho, alargando aos concelhos vizinhos, também cidade que acolhe novos residentes, com uma subida substancial de habitantes - como foi demonstrado nos últimos censos – criando uma área urbana de facto, para o desenvolvimento desta área, onde a influencia se estende para lá do imaginável, ate ultrapassando fronteiras de qualquer espécie!! Mas, que tem sido reduzida a uma espécie de produtora de receitas, talvez mais de 40% das receitas, para um município que, “in extremis” se lembra dela..... -----

Senhores, voltado às tais obras, veremos o que ira acontecer! Se o comportamento for o mesmo, que todos temos conhecido os resultados, fica aquela ideia simpática de que bem se tentou ou pelo menos apareceu nos dispersores de propaganda politica deste concelho!!..... -

Tristemente, vemos uma gestão camararia pouco preocupada com um evento mundial, como estas Jornadas Mundiais da Juventude, que honrosamente Portugal ira acolher em Junho do ano que vem, onde tudo já deveria estar imaginado e previsto, pois, não sabendo o que nos reserva o futuro em termos de pandemias, todo o tempo se pode fazer curto!! -----

Talvez, o acordar para este evento, que de longe ira superar de forma instantânea a quantidade de pessoas que estamos habituados a ver e viver nas diversas visitas papais, se venha a revelar mais um problema com uma dimensão enorme! -----

Mas, uma vez mais, Fátima, sendo ela mesmo uma terra de gente ousada, corajosa e trabalhadora saberá adaptar-se e solucionar as suas limitações enquanto a camara irá manter



a colocação de remendos à última hora, como já nos habituamos de tal forma que nem reparamos!.....” -----

= **JORGE PEREIRA DA SILVA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Foi recentemente divulgado pela imprensa regional, os números referentes aos dados das exportações no Distrito de Santarém e referentes ao ano de 2021. -----

Nos concelhos do Médio Tejo, pertencentes ao Distrito de Santarém, apesar do crescimento de 19,09%, o volume global das exportações ainda não atingiu o nível de pré-pandemia de 2019. Ou seja, ficou 5,2% abaixo, correspondendo esta percentagem a 48,2 milhões de euros. -----

No Médio Tejo, os concelhos que mais cresceram, em termos de faturação foram: -----

Abrantes - 38,1 milhões de euros; -----

Ourém - 30,2 milhões de euros e, -----

Torres Novas - 22,6 milhões de euros. -----

Verificamos, assim, que o dados conhecidos e referentes ao nosso concelho são positivos, em virtude da grande vitalidade e resiliência dos nossos empresários, mesmo em tempos difíceis, mas também de algumas políticas públicas municipais, no que concerne à política fiscal, por um lado, e às políticas de valorização, ampliação e construção de espaços de localização empresarial, por outro lado. -----

Assim, neste sentido, foi aprovado recentemente pelo executivo a adjudicação da Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda, pelo valor de 3 milhões e 778 mil euros, captando mais investimento e para fixação de empresas e pessoas, para o norte do concelho, num território de baixa densidade.” -----

----- VOTO DE REPÚDIO -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “**VOTO DE REPÚDIO PELA INVASÃO DA UCRÂNIA** -----

O Grupo Municipal do PSD vem por este meio manifestar o seu repúdio pela Invasão da Ucrânia pela Rússia. -----

A Ucrânia é um Estado livre, soberano e independente! -----

A soberania e integridade dos Estados é inviolável, devendo ser preservada e protegida, nos termos do direito internacional -----



A Invasão da Ucrânia pela Rússia constitui a mais elementar violação do direito Internacional, da soberania e independência dos Estados, constituindo, igualmente, uma grave violação dos direitos civis dos cidadãos Ucranianos. -----

O Grupo Municipal do PSD manifesta a sua total solidariedade para com o povo ucraniano e, em particular, com a vasta comunidade de cidadãos ucranianos que residem no concelho de Ourém. -----

Num momento que deve ser de reflexão para o mundo, os nossos pensamentos estão com a Ucrânia e, muito em especial, com os ucranianos aí residentes, e com as centenas de ucranianos que residem no nosso concelho, sendo uma comunidade imigrante, das mais representativas do concelho. -----

Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal que aprove um voto de repúdio pela Invasão da Ucrânia pela Rússia, e que este país invasor cesse de imediato as hostilidades, e se retire do território Ucraniano, e que se iniciem negociações com vista ao estabelecimento da paz na região, dando conhecimento dessa deliberação às embaixadas da Ucrânia e da Rússia em Portugal.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de repúdio aprovado por unanimidade.** -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: **“Declaração política sobre a criação da “Brigada Urbana”** -----

Cumprimento todos os presentes. -----

Conjuntamente, em nome da Freguesia de Fátima e da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, vimos congratular o executivo municipal pela criação da Brigada Urbana, um novo serviço municipal que estará dirigido exclusivamente para intervenção nas zonas urbanas de Fátima e Ourém. -----

Constituída por meios humanos e equipamentos, esta valência será fundamental para uma resposta de primeira intervenção, rápida e eficaz na resolução de pequenos trabalhos, em zonas de grande afluência de pessoas, tal como já está a acontecer. -----



Com esta equipa temos a certeza que está garantida a prestação de um melhor serviço público, garantido as melhores condições para as pessoas e turistas das nossas cidades. -----

Um bem hajam pela iniciativa e votos de bom trabalho. Cá estaremos para trabalhar em conjunto em prol de todos.” -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS** expôs o seguinte: “Boa tarde senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e as pessoas que nos acompanham pelas redes sociais. -----

Ao longo dos meus 20 anos de passagem por esta Assembleia Municipal, inúmeras vezes falei de problemáticas na EN356, atual ER 356. Muitas problemáticas. Algumas foram resolvidas, outras estão por resolver. Cada vez que se resolve alguma, pelo menos aquelas que eu fui enumerando, se estiver presente, deixarei o meu agradecimento e o meu contentamento. -----

Vem isto a propósito da fonte dos Pisões, em Caxarias. Sei que numa das minhas intervenções, há vários anos, chamei a atenção para essa fonte, havendo ali uns muros que invadiam os passeios, pondo em causa a mobilidade das pessoas e também a segurança rodoviária, porque vários foram os carros que ali bateram. -----

Apercebi-me que, nos últimos meses, antes das eleições, esta fonte foi requalificada. Acompanhei pelas redes sociais e percebi que não era do agrado de toda a gente. Não me interessa de quem foi a ideia, se foi da Junta, se foi da Câmara, se foi de um particular. Na minha opinião foi feito um bom trabalho e fico feliz por alguém, alguns anos depois, ter ouvido algumas das minhas intervenções. -----

Obrigado” -----

= **CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “No rescaldo das eleições legislativas que decorreram em Portugal no dia 30 de Janeiro passado, o Grupo Municipal do PSD começa por saudar todos os Oureenses, pela elevação e dignidade demonstrada no mais genuíno e importante gesto de cidadania ativa: o nosso voto. -----

Nesta ocasião, uma palavra de satisfação pelo reforço da mobilização no concelho de Ourém, que se traduziu numa redução da taxa de abstenção face às eleições legislativas de 2019, em quase 3%, um sinal sempre importante para a credibilização das instituições e para os valores democráticos. -----



Uma outra palavra, é devida aos membros das mesas e aos delegados dos partidos políticos que se envolveram de modo muito particular na condução dos trabalhos durante o ato eleitoral, num período bem difícil e exigente, assegurando toda a normalidade durante o ato eleitoral. ----

Num espírito democrático, o Grupo Municipal do PSD cumprimenta o Partido Socialista pela vitória alcançada que garantiu o maior número de mandatos na Assembleia da República, conseguindo a denominada “maioria absoluta”. -----

Reconhecendo esta vitória eleitoral do PS, entendemos que, a partir deste momento, estão reunidas todas as condições para operar as mudanças necessárias no plano social e económico de que o País precisa, colocando Portugal num plano de crescimento e desenvolvimento sustentado. -----

Se a nível nacional o Partido Socialista venceu estas eleições legislativas, no concelho de Ourém, o Partido Social Democrata foi o vencedor em todas as freguesias do concelho, exceto em Alburitel e Seiça, conseguindo 47,16% dos votos reforçando essa vitória face a 2019 em votos e percentualmente. O Partido Socialista obteve 24,45%, sendo que o Chega conseguiu 9,87%. -----

Assim, é devida uma palavra especial para o Presidente da Assembleia Municipal, que agora se viu renovado também nas funções de deputado da nação. O concelho de Ourém continua assim representado na Assembleia da República, o que nos fortalece no panorama regional e nacional para solucionar os inúmeros problemas dos nossos concidadãos Ourenses. -----

O PSD de Ourém vinca a relevância que a concelho de Ourém tem para o PSD no distrito de Santarém, bem elucidativo no resultado das eleições de Janeiro passado. -----

Em contraponto, o PS de Ourém, veio congratular-se por ter um dos seus militantes no 12º lugar da lista candidata do Partido Socialista às eleições legislativas pelo distrito de Santarém, quando há 2 anos atrás, tinha tido um candidato em 2º lugar da lista candidata. -----

Muito mal vai o Partido Socialista em Ourém, quando se congratula por o seu candidato ter ido em 12º lugar, na lista de candidatos às eleições legislativas de Janeiro passado, depois de ter tido um deputado em exercício, nos últimos mandatos. -----

Não nos regozijamos pelo “estado” a que chegou o Partido Socialista em Ourém, aliás reconhecido no comunicado que antecedeu as eleições legislativas, dado que precisamos de



uma oposição presente, credível e construtiva, mas o resultado do último ato eleitoral autárquico de setembro passado, veio demonstrar que o PS em Ourém, não soube fazer uma oposição credível, construtiva e contributiva para o bem-estar do concelho no mandato passado, sendo certo que, esperamos que os dirigentes locais do PS tenham retirado as devidas ilações do seu resultado eleitoral, e possam mudar a postura política no presente mandato, nomeadamente neste órgão autárquico.” -----

----- 02 - ORDEM DO DIA -----

02.01 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou de que não se tinha verificado qualquer pedido de intervenção, por parte do público. -----

02.02 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Comunicação Social, -----

Senhoras e Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão online, que estamos a realizar através das redes sociais -----

Estimados ourenses, -----



Cumpridos que estão os primeiros 100 dias desde a tomada de posse para este segundo mandato, que nos foi confiado pela esmagadora maioria dos ourenses, permitam-me que apresente, perante esta Assembleia, a prova provada do resultado deste nosso exercício. -----

Cem dias representam um número simbólico. Pouco mais de três meses, mas tempo mais do que suficiente para apresentar resultados, quando trabalhamos em projetos a pensar nas pessoas. As pessoas no centro das nossas decisões. Sempre! -----

Com base neste pressuposto, permitam-me que dê início a esta minha intervenção apresentando o que já foi feito na área da Educação, pois é ela o caminho comprovadamente mais seguro e eficaz, para quebrar e romper em definitivo, ciclos de pobreza e de exclusão social. -----

- Concluimos a Carta Educativa e o Plano Estratégico Educativo Municipal -----
- Reforçámos a aposta na Equipa do Centro Local para a Promoção do Sucesso Educativo, que tão bons resultados tem apresentado nas suas diversas áreas de intervenção -----
- Concluimos a requalificação da EB1/JI do Pinheiro, bem como as obras de melhoramento no Centro Escolar da Caridade -----
- Demos seguimento ao programa de rastreio de saúde visual infantil, em curso entre os alunos do Ensino Pré-escolar do nosso Concelho. -----

Minhas Senhoras, meus Senhores -----

Porque trabalhamos em prol de uma sociedade mais justa e inclusiva, a Ação Social também nos merece toda a nossa atenção. -----

E por isso mantivemos o Programa de Apoio à Natalidade e à Infância, e demos início à sua revisão, de forma a que possamos acomodar no mesmo, os diversos tipos de apoios de âmbito social, nomeadamente de apoio à frequência da valência creche, para as crianças que não beneficiem de qualquer apoio por parte da Segurança Social. Concluimos o plano inerente à Estratégia Local de Habitação e também preparámos e delineámos o processo de descentralização de competências na Área Social, que vamos assumir no dia 1 de abril. -----



A Cultura também tem de ser reconhecida como um veículo de afirmação e valorização da identidade e do território, pois também ela se apresenta como um meio de consolidação da coesão social e comunitária, sendo, por isso, potenciadora de desenvolvimento local e regional.

Minhas Senhoras, meus Senhores -----

Ourém pode contar com o nosso empenho e total dedicação ao nosso Concelho. As pessoas podem contar connosco. As pessoas, as empresas, as instituições podem e devem contar com a Câmara Municipal de Ourém, enquanto parceiro de referência nas suas vidas. -----

Porque compreendemos a complexidade do momento e as dificuldades impostas pelo contexto pandémico, a economia e as empresas continuam no topo das nossas prioridades. -----

Turismo e desenvolvimento económico, território e regeneração urbana, e planeamento e ordenamento do território são áreas que nos dizem muito e nas quais muito apostamos, precisamente porque reconhecemos a importância de cada uma delas para o desenvolvimento económico e social deste nosso Concelho. -----

Vamos por partes, -----

No âmbito do Turismo e desenvolvimento económico, já realizámos: -----

O prolongamento das campanhas de apoio ao tecido empresarial, patente, por exemplo, na nova campanha das 4001 Noites, na manutenção do programa de apoio às rendas na instalação de novas empresas no Concelho -----

E estamos muito perto de lançar mais uma campanha de promoção e divulgação do nosso território, a nível nacional, com presença em outdoors estrategicamente localizados nas principais vias de comunicação do país. -----

A este propósito, permitam-me que reforce uma das nossas linhas condutoras: o Município de Ourém terá sempre um papel de relevo na defesa da economia local. Será sempre um parceiro de excelência das nossas empresas, contribuindo para a promoção das potencialidades do nosso território, bem como para captação de novos investimentos, apoiando os nossos empresários e criando condições para que os novos empreendedores consigam desenvolver e executar ideias de negócio, capazes de criar emprego e riqueza para o nosso Concelho. -----

Ainda no capítulo da economia, e das empresas, mas agora no campo do Planeamento e Ordenamento do Território, também estamos em condições de avançar com resultados práticos



ao cabo destes primeiros meses de mandato: iniciámos o processo do Cadastro Simplificado, que vai ter um impulso significativo com a abertura de mais balcões do BUPi no nosso Concelho, mais precisamente em Fátima, Caxarias, Freixianda e Olival. -----

Também no início deste ano, assinámos a constituição da AIGP Serras do Norte de Ourém, que engloba as freguesias de Espite e Urqueira, bem como a União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos. -----

Igualmente importante, é o Plano de Urbanização de Fátima, cuja proposta de revisão está concluída e foi apresentada ontem, seguindo agora para consulta pública. -----

Ainda neste contexto, mas em relação ao Plano de Urbanização de Ourém, estou em condições de revelar que foi concluída com sucesso, a fase de concertação entre a Câmara Municipal e as entidades competentes. Quer isto dizer que a proposta de Plano está também em condições de ser submetida a discussão pública. Brevemente procederemos à sua apresentação, à semelhança do PUF. -----

Quanto ao Território e Regeneração Urbana, a nossa ação está bem patente em várias empreitadas em curso, um pouco por todo o Concelho, precisamente porque a entendemos como uma componente indispensável da política das cidades e da organização do nosso território. -----

Estamos a concluir: -----

- A requalificação da EM356 que liga o nó do IC9 à Zona Industrial de Ourém -----
- A requalificação da EN357, popularmente conhecida por Estrada da Loureira, desde a Rotunda dos Pastorinhos ao limite do nosso Concelho -----
- A requalificação do Largo do Rossio, em Urqueira -----
- A requalificação do Jardim Municipal Le Plessis-Trévisse cuja inauguração está prevista já para o próximo mês -----
- A requalificação da Rua das Flores, em Atouguia -----
- A requalificação da Estrada Principal do Pinheiro e respetivo alargamento -----
- O Centro de Recolha Oficial de Ourém, o canil/gatil, e que tem inauguração prevista para o próximo mês de março -----



- Também concluímos a requalificação da Estrada da Serra, que liga Alburitel a Fungalvaz -----
- Tudo isto, sem esquecer que também já concluímos a construção do Parque Infantil Santos Francisco e Jacinta, oferecendo à Cidade de Fátima um equipamento de lazer que tanta falta tem feito às nossas crianças -----

Além de todos estes investimentos, estão igualmente a decorrer diversas intervenções, que foram protocoladas com as respetivas freguesias, entre as quais, permitam-me que destaque:

- A ampliação do Cemitério de Gondemaria -----
- A requalificação do Jardim das Oliveiras, em Toucinhos -----
- A construção da Casa Mortuária do Pinheiro -----
- A requalificação da antiga escola da Lomba D'Égua e sua reconversão para a nova Biblioteca de Fátima -----
- A construção do ringue desportivo das Matas -----
- Também nas Matas, a requalificação da sede da União de Freguesias de Matas e Cercal naquela localidade -----

A estas intervenções, acrescem ainda a requalificação da Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, a requalificação do Centro de Saúde de Rio de Couros e a construção da Rota das Azenhas, no Olival. -----

Minhas Senhoras, meus Senhores -----

Grande parte das nossas ações e preocupações, está também assente no Ambiente e na Sustentabilidade, na Tecnologia e Eficiência Energética, bem como na Proteção Civil. -----

No capítulo da Eficiência Energética, entre outros procedimentos, lançámos o concurso para a aquisição de quatro viaturas elétricas e também submetemos uma candidatura a um aviso comunitário, para a aquisição de dois autocarros elétricos, que já foi aprovada. Neste sentido, prevemos lançar o concurso de aquisição destes autocarros muito em breve, sendo que ambos vão ser integrados na criação de circuitos urbanos em Fátima e Ourém. Este projetado está orçado em cerca de 850 mil euros mas já temos a garantia de que será financiado pelo POSEUR, em cerca de 605 mil euros. -----



Encontra-se em curso a empreitada que haverá de resultar na melhoria da eficiência energética das Piscinaias Municipais de Ourém. -----

Porque o sector da Proteção Civil tem desempenhado um papel fundamental junto da comunidade ourensense, continuamos a apoiar e a reforçar medidas capazes de fortalecer as entidades que lhe dão corpo. -----

Neste sentido, e apenas a título de exemplo, recordo que já validámos o alargamento das Equipas de Intervenção Permanente para os Bombeiros do nosso Concelho. -----

Minhas Senhoras, meus Senhores -----

Permitam-me que termine este resumo da nossa intervenção ao longo destes primeiros meses de mandato, para reforçar a importância de uma área decisiva para o bem-estar da comunidade. -----

O acesso à Saúde, melhor dizendo, a impossibilidade de aceder a melhores condições de saúde, é um dos problemas com os quais já nos debatemos desde o início do mandato anterior. -----

Porque reconhecemos a importância de resolver este problema, mesmo sabendo que a sua resolução não depende da ação do Município de Ourém, vamos continuar a bater-nos pela melhoria das condições de acesso à Saúde para todos os ourensenses. -----

Vamos continuar a pressionar as entidades competentes na matéria. Vamos aguardar pela constituição do novo Governo para reforçar as nossas necessidades junto da tutela. Vamos continuar a defender incessantemente Ourém e os ourensenses. -----

Em simultâneo, continuaremos a contribuir com mais soluções e recursos, celebrando parcerias, como aquela que resultou no projeto piloto para a Saúde Mental, já disponível no nosso Concelho em resultado da articulação com o Centro Hospitalar do Médio Tejo. -----

Minhas Senhoras, meus Senhores -----

Também não nos esquecemos que os próximos tempos serão cruciais para estruturar o futuro de Portugal. O novo quadro comunitário 2030 e o Plano de Recuperação e Resiliência serão absolutamente fundamentais para o desenvolvimento estratégico do Concelho de Ourém. -----

Também neste capítulo, estaremos empenhados e focados na nossa missão: valorizar Ourém através da execução de projetos concebidos a pensar nas pessoas. -----



Às pessoas, uma garantia inabalável: o Município de Ourém está a trilhar o seu caminho. Estamos a trabalhar num conjunto vasto de reivindicações, por meio das quais acreditamos que podemos contribuir para o desenvolvimento do nosso território, beneficiando a qualidade de vida de todos nós, através de uma política de rigor, confiança e proximidade! -----

Minhas Senhoras, meus Senhores -----

Termino esta minha intervenção, com o infelizmente habitual ponto de situação sobre o contexto pandémico que ainda vivemos. -----

Acompanhando a tendência de todo o país, também o Concelho de Ourém viu escalar o número de casos positivos de Covid-19, sobretudo desde o final do último ano. -----

Felizmente, a escalada dos números não resultou num número substancial de internamentos, nem no agravamento das restrições e seus prejuízos em todos os sectores. -----

Graças à ciência e ao trabalho apurado dos profissionais de saúde, estamos hoje em condições de retomar as nossas vidas. É, pois, de elementar justiça que aqui reconheça, mais uma vez, perante esta Assembleia, o papel absolutamente crucial do Ponto Municipal de Vacinação de Ourém, para a proteção de todos nós. -----

Ao longo de um ano de existência, os seus profissionais mantiveram-se na linha da frente e sem olhar para trás, sempre em defesa das nossas famílias e muitas vezes em prejuízos das suas. -----

Na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Ourém, o meu muito obrigado a todos os profissionais, colaboradores e voluntários que ainda hoje são responsáveis pelo sucesso em que se traduziu o plano de vacinação neste nosso Concelho. -----

Acredito sinceramente que chegámos ao fim do túnel. Já vendo a luz, é tempo de retomar as nossas vidas e recuperar o tempo que perdemos. -----

Obrigado a todos.” -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo referidos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário (arquivado na respetiva pasta) -----

1. Relatórios das diversas estruturas -----

Anexo	Nova Estrutura	Nomenclatura
-------	----------------	--------------



Anexo A	Divisão de Gestão Financeira	DGF
Anexo A.i)	Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento	SCPA
Anexo B	Divisão de Recursos Humanos e Informática	DRHI
Anexo C	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	DOMSU
Anexo D	Divisão de Urbanismo e Território	DUT
Anexo D.i)	Serviço de Planeamento do Território	SPT
Anexo E	Divisão de Ação Cultural	DAC
Anexo F	Divisão de Educação e Vida Saudável	DEVS
Anexo F.i)	Serviço de Ação Social e Saúde	SASS
Anexo F.ii)	Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	SADJ
Anexo G	Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	DAFCE
Anexo H	Divisão de Empreendedorismo e Turismo	DET
Anexo I	Divisão de Fiscalização e Contencioso	DFC
Anexo I.i)	Lista de Processos Impugnados e Executados e processos Judiciais	DFC
Anexo J	Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	DAS
Anexo K	Divisão de Projetos Técnicos	DPT
Anexo L	Serviço de Atividades Municipais e Protocolo	SAMP
Anexo M	Gabinete de Imagem e Comunicação	GIC
Anexo N	Serviço Municipal de Proteção Civil	SMPC
Anexo O	Gabinete Técnico Florestal	GTF

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **VICTOR OLIVEIRA SANTOS**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Perguntava ao senhor Presidente da Câmara, agora que já temos luz ao fundo do túnel, quando é que voltamos a ter Conselho Municipal da Juventude”. -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Cumprimentava a todos -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhores vereadores -----



Colegas deputados -----

Duas pequenas perguntas -----

Parece que existe um conflito com o concurso de limpezas urbanas, tendo havido a contestação de uma empresa que não ganhou. -----

Primeiro, a avença que existe com a sociedade de advogados não poderia ser aplicada neste processo? -----

Segundo, qual foi o critério que levou à escolha dos senhores advogados José Eduardo Martins e Marques Mendes para defender o Município de Ourém. -----

Uma outra questão. A democracia nunca é um dado adquirido. O poder absoluto está ao virar da esquina. Na página oficial do Município, no Facebook, só são publicadas e publicitadas as declarações do senhor Presidente de Câmara e dos vereadores da Coligação que está no poder. -----

A página oficial da Assembleia Municipal, no Facebook, publica uma entrevista do senhor Presidente a anuncia a sua candidatura a Presidente de Câmara em 2029. -----

Pergunto, acha que faz sentido anunciar, na página oficial do Município, só publicar as declarações do senhor Presidente da Câmara e dos vereadores da Coligação. -----

Já por diversas vezes, a senhora vereadora do Partido Socialista alertou para esta questão e não houve nenhuma mudança, tendo o senhor Presidente de Câmara dito que ia acontecer essa mudança.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA** expôs o seguinte: “Cumprimentava o senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara -----

Vereadores -----

Colegas deputados -----

Pessoas que nos acompanham através dos meios audiovisuais -----

Tenho duas questões muito simples -----

Primeira, “Fruta nas Escolas”. Uma campanha que funcionou muito bem, no passado. Gostaria de saber o porquê de não haver ainda fruta nas escolas. Já estamos no final de fevereiro e tinha sido prometido no início do mês. -----



Uma outra questão, e esta um pouco mais particular, tem a ver com a escola do Bairro. São cerca de 30 alunos que, no momento, apenas têm duas balizas para brincar, pois, o escorrega, que lá está desde que a escola foi remodelada, está partido, há mais de um ano. Penso que, no momento, estas competências são das juntas de freguesia, mas, como o escorrega ainda estava no prazo da garantia, penso que a Câmara Municipal tinha ficado de arranjar o escorrega. É só um escorrega, mas faz falta para as crianças brincarem. -----

Muito obrigada” -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES** expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Na última sessão da Assembleia Municipal tivemos a intervenção de alguns cidadãos de Fátima que manifestaram o descontentamento em relação à sinalização das obras na estrada da Loureira e a forma como se acede a esta estrada, quem vem do Colégio de São Miguel. ----

Gostaria de saber se essa manifestação de descontentamento se tem alguma resposta ou se se vai ficar em saco roto. -----

Gostaria também de lançar um alerta em relação a um parque que existe na entrada da Freixianda e ao seu estado de semi-abandono. A Câmara, alguém ou a entidade responsável deveria olhar para a zona de trás, onde está um campo de ténis e uma espécie de fonte ou cascata que está cheia de verdete, entupindo o próprio simbolismo da cascata. O campo de ténis está com o piso rasgado. Ou se fecha o espaço de uma vez por todas ou se põe nas devidas condições, para quem queira usufruir deste espaço o possa fazer nas devidas condições de bem estar e segurança. -----

Gostaria de colocar uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara ou, eventualmente, ao Presidente desta Assembleia. Na última assembleia municipal falou-se, ou pouco, na Insignare. O senhor Presidente da Câmara ripostou que era de três entidades, devendo questionar essas entidades. O que gostaria de fazer, na esperança de que possa acontecer, era trazer aqui o responsável pela Insignare para poder falar connosco e responder às questões, uma vez que o senhor Presidente de Câmara não foi capaz, na altura e talvez hoje também, de responder. Gostaríamos de saber porque é que no site da própria Insignare, a apresentação dos cursos acaba em 2016 e estamos em 2022. -----



Talvez isto esteja em sintonia com a nossa preocupação e com aquilo que foi apresentado na última assembleia. -----

Talvez fosse de trazer aqui quem designaram como responsável daquele espaço ou entidade para que nos possa responder, se for possível. -----

Obrigado” -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Uma questão muito simples -----

Vem na sequência daquilo que dizia na primeira parte do PAOD. O senhor Presidente da Câmara, no discurso que acabou de fazer, disse a certa altura “*Grande parte das nossas ações e preocupações, está também assente no Ambiente e na Sustentabilidade*”. Mas, depois, nem uma palavra sobre esta sustentabilidade e sobre ambiente. -----

A minha questão é simples, pergunto se se compagina com este princípio de sustentabilidade ambiental, aquilo que se foi feito aqui em Ourém, nomeadamente, junto à Escola Profissional com o abate de dois pinheiros mansos e, também, em relação às árvores da avenida e, em Fátima na avenida Irmã Lúcia de Jesus. Saber se isto é sustentabilidade ambiental. -----

Muito obrigado” -----

= **PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINS** expôs o seguinte: “Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia -----

Senhor Presidente da Câmara -----

Vereadores -----

Todos os colegas deputados -----

Comunicação social -----

Gostaria de questionar o senhor Presidente e até acaba por esclarecer todos os cidadãos ourenses. Disse-nos que vai aceitar a transferência da competência no âmbito da Ação Social. Desde já, dou os parabéns ao Município de Ourém por ter sensibilidade para avançar já com este processo, um processo muito importante para todos os municípios e todos os cidadãos. -----



A minha questão, que impacto é que isto vai trazer e o que pode esclarecer relativamente ao processo, ou seja, o que vai acontecer a partir do dia 01 de abril com a aceitação da transferência de competências da Ação Social para o Município. -----

Obrigada” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: -----

- Conselho Municipal Juventude. “Ele será convocado logo que haja condições e que entendamos que temos condições para o fazer. Mas também é bom dizer que, na última vez que o fizemos, acho que só apareceu um ou dois conselheiros. Para o convocarmos é preciso que todos os conselheiros, indicados pelos partidos, estejam presentes para que a discussão possa ter algum sumo e alguma validade. Não estou a dizer quem esteve ou não presente, não me recordo, mas sei que foi muito pouco participado. É importante que o Conselho seja retomado, mas também é importante que da parte dos jovens que têm participado, também haja interesse e que tenham temas de interesse para apresentar ao Município porque as competências do Conselho Municipal da Juventude são consultivas.” -----

- Limpeza Urbana. “Há uma contestação de um concorrente ao sentido de adjudicação da Câmara Municipal. recordo que o fator único para a adjudicação deste serviço, era o preço. A Câmara adjudicou à empresa que apresentou o preço mais baixo, mas com uma larga distância em relação ao 2.º e ao 3.º concorrente. O 3.º concorrente, a empresa SUMA, no Município de Ourém há 25 anos, reclamou. O júri do concurso analisou a contestação que foi apresentada, dando razão parcial à contestação. A empresa que tinha ficado em 3.º lugar, por causa do preço, o júri deu parcialmente razão, desclassificando (se assim se pode dizer) a empresa que ficou em 2.º lugar. Mas, entendeu que a proposta do 1.º colocado não tinha qualquer razão para ser excluída, e a Câmara adjudicou os serviços, por três anos, à empresa que venceu o concurso, a RVU. A empresa SUMA entendeu que tinha razão e recorreu ao Tribunal, como é normal. O Município está de boa fé no assunto, adjudicou à empresa que apresentou o preço mais baixo, sustentado no parecer do júri do concurso. A empresa reclamou e o Município tinha que se defender. Recordo que, no passado, já houve tribunais arbitrais com esta mesma empresa e houve alguns acordos, com os quais não concordei,



estava na oposição. Por isso, entendemos contratar outra empresa para nos defender neste concurso porque o jurista da Câmara já tinha participado em contestações anteriores com a SUMA. Entendemos que, neste momento, os interesses do Município seriam melhor defendidos. Por isso contratamos uma empresa, sobejamente conhecida, com larga experiência nesta área, tendo sido feita a contestação. Quais os critérios para escolher esta empresa? Critérios nossos. Confiança. Conhecemos e entendemos que estavam capazes de defender o Município, da melhor forma, nesta contenda com a SUMA. Entretanto, como a limpeza urbana é uma prestação de serviços fundamental que não pode deixar de ser realizada, e porque a impugnação da empresa SUMA impede que possamos fazer a adjudicação à empresa que ganhou o concurso, nesse sentido, tivemos de fazer, de acordo com a Lei, um ajuste direto com a empresa que apresentou o preço mais baixo e que está a fazer o serviço. Aguardamos pelo que o Tribunal diz e, até lá, teremos de recorrer a este expediente para que este serviço possa continuar a ser prestado.” -----

- Declarações no Facebook da Câmara Municipal. “Eu também me queixava do mesmo quando estava na oposição. Isso não é uma boa solução. Já demos indicações, já fizemos isso no mandato anterior, sempre que haja uma declaração da senhora Vereadora, não é publicada, mas aparecerá um link que remete para o teor da declaração. É essa indicação que está dada à comunicação e é isso que, penso, está a ser feito.” -----

- Fruta na Escola. “É uma reivindicação que tem muitos anos e apenas o ano passado foi uma realidade no nosso concelho. Quando se iniciou o procedimento do concurso para este ano civil, iniciamos o concurso para recorrer ao Acordo Quadro com a Comunidade do Médio Tejo. Depois de analisar os preços que estavam a ser praticados nesse Acordo Quadro, verificamos que eles estavam substancialmente superiores aos valores que estávamos a pagar, até dezembro, e que a empresa não era a mesma que havia sido contratada para fornecer a fruto ao municio. O processo iniciou-se com a contratação da fruta junto da Comunidade Intermunicipal, mas depois de verificar que o valor estava muito acima, eu próprio disse aos serviços para alterar e consultarmos a empresa que estava a fornecer a fruta, no ano de 2021. A contratação está feita. Iremos poupar cerca de oito mil euros em relação ao que estava, inicialmente, previsto com a empresa no Acordo Quadro com a Comunidade Intermunicipal e,



logo a seguir ao Carnaval, acho que há condições para que os meninos voltem a ter a fruta na escola com têm há um ano para cá.” -----

- Escorrega, Escola do Bairro. “Terei de verificar a situação. O senhor Vereador está a dizer que foi pedido para verificar se o escorrega está em período de garantia. é este o ponto de situação.” -----

- Sinalização da Estrada da Loureira /abaixo assinado entregue pela população. “O processo deu entrada na Câmara Municipal, tendo sido remetido para os serviços. Penso que ainda não têm resposta, mas, ontem estive no Centro Escolar da Cova da Iria e tive oportunidade de perguntar se o sinal de “sentido proibido” atrapalha muito o trânsito normal naquela zona. Foi dito que não, ninguém reclama. Parece-me, a mim, que a situação que está, no momento, talvez não esteja assim tão má quanto isso. É sempre bom ter presente que a segurança dos peões, dos passageiros, das pessoas, está sempre em primeiro lugar. Mesmo que acarrete alguns incómodos, esta situação deve ser sempre privilegiada e isso será tido em conta na decisão final sobre a situação.” -----

- Parque de Merendas da Freixianda. “Saúdo conhecer o parque de merendas da Freixianda. Também gostaria de dizer que, não há muito tempo, nesta Assembleia Municipal, no mandato anterior, aprovou-se um protocolo com a Junta de Freguesia de Freixianda para reposição do piso de campo de ténis do parque de merendas. Esta pergunta deveria ser feita à Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, pois lá, poderão dizer quando é que farão uso do protocolo entre a Câmara Municipal e a União de Freguesias e que foi aprovado aqui. É um espaço da responsabilidade da União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais. O Município apenas participou o arranjo do espaço que aqui referiu.” -----

- Insignare. “Na última reunião, foi colocada a questão, repito o que disse. A Insignare tem órgãos próprios. Há assembleias gerais. Podem ser feitos requerimentos e pedidos de esclarecimentos à Direção da Insignare. O que lhe posso dizer é que a redução de alunos, a redução de recursos, infelizmente, é o que tem vindo a acontecer, um pouco por todo o país. Basta verificar algumas escolas profissionais, aqui bem perto, e ver a situação que existe. Posso acrescentar, mesmo com esta redução enorme de alunos que a Insignare tem tido, a



mesma continua com uma boa situação financeira, o que pode nos deixar algum descanso em relação a essa situação.” -----

- Poda de árvores em Fátima. “Um trabalho que não foi feito, nem pelo Município, nem pela empresa contratada pelo Município. Foi feito pela Junta de Freguesia de Fátima. a mesma já foi alertada para a situação, no sentido de que não o deveria fazer, porque aquelas árvores estão sob o domínio municipal. Penso que não voltará a acontecer.” -----

- Poda das árvores na Avenida D. Nuno Álvares Pereira. “O que me dizem é o seguinte: «As podas de manutenção das árvores adultas só devem ocorrer quando haja risco do arvoredo provocar danos na sua envolvente, designadamente em pessoas, vegetação, estruturas construídas e outros bens. Quando haja necessidade de promover a sua coabitação com estruturas urbanas envolvente. Nesta situação foram realizadas podas devido a estas confluírem com as estruturas urbanas ali existentes, varandas de prédios e colocar em causa a segurança de pessoas e bens. Esta intervenção foi efetuada de modo a colmatar esta fraqueza do elemento arbóreo, por conseguinte, a árvore irá ganhar estrutura e, novamente, o ramo central da árvore, o qual foi necessário retirar nesta intervenção. No que respeita ao corte do ramo, poda, foi efetuado no sentido correto, ou seja, corte transversal, sentido A-B, conforme imagens abaixo, conforme se verifica na imagem abaixo enviada pelo sr. Domingos. Na imagem 3, após a intervenção da poda, verifica-se que a árvore encontra-se estabilizada a nível da estrutura, copa, diâmetro e tronco». Informação da nossa Divisão de Ambiente que sustentou esta intervenção na Avenida D. Nuno Álvares Pereira” -----

- Abate de árvores junto à Escola Profissional. “Abate de pinheiras na Rua Santa Teresa de Ourém, entre a Escola Profissional de Ourém e o Complexo Escolar Santa Teresa. Esta é uma zona frequentada por muitas crianças e por muitos jovens. Em setembro de 2021 houve a queda de uma das pinheiras que ali estavam, colocando em perigo todos os que por ali passam. Mas, ainda bem, não causou danos nem a bens, nem em pessoas pois, na altura não existia ninguém a circular no espaço. após esta ocorrência, houve mais duas ou três pernadas das árvores, ali existentes, que também caíram, com evidente perigo para todos aqueles que por ali passam. Avaliaram-se as restantes 2 árvores existentes no espaço. As pinheiras foram avaliadas e percebeu-se que, dada a sua inclinação acentuada, sistema radicular à superfície e



queda de ramos, seria de todo conveniente o seu abate, dado que o espaço circundante, espaço escolar, existia a possibilidade forte de não se conseguir garantir a segurança de pessoas e bens. Esta foi a razão principal pela qual abatemos as árvores. Entendeu a nossa proteção civil que não estavam asseguradas as melhores condições de segurança para todos os que ali, diariamente, coabitam naquele espaço. Foi uma questão de segurança, o que deve estar acima de tudo. -----

Dizer também que nos encontramos a tomar diligências para requalificar o espaço verde, plantando cinco elementos arbóreos com maior capacidade de adaptabilidade ao local relvado. São estas as razões pelas quais foram feitas estas três intervenções.” -----

- Ação Social. “A ação social é uma das competências na área da descentralização que ainda não foi assumida pelo Município. O Governo entendeu que deveria ser assumida até dia 31 março, tendo, muito recentemente, prorrogado esse prazo, permitindo que as câmaras municipais pudessem fazê-lo até 1 janeiro 2023. Têm decorrido diversas reuniões com a Segurança Social, que têm decorrido bem, temos sentido que existe da parte da Segurança Social, ao contrário de outras situações, abertura para que nos possibilitem assumirmos, desde já, esta competência e nós assumimos que, embora o pudéssemos fazer só a partir 2023, que o faremos de imediato porque entendemos que a ação social como está hoje, e não estou a dizer que hoje ela é mal feita pelas entidades que a estão a fazer, antes pelo contrário, mas parece-nos que há aqui alguma dispersão de entidades no terreno a fazer diversas coisas. Parece-nos a nós que é mais importante que elas estejam mais concentradas numa única entidade para que melhor possamos fazer e trabalhar esta competência. Hoje existem duas áreas, a atribuição do RSI e o SAS, a intervenção primária, digamos assim, que estão delegadas pela Segurança Social na Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, uma, outra no Jardim Infantil de Ourém. O Município irá assumir estas duas competências, a partir do dia 31 de março, recorrendo aos técnicos que, neste momento, estão a trabalhar nestas instituições. Ainda não numa forma definitiva, porque não o podemos fazer, teremos de abrir concurso para admissão de técnicos para trabalharem nesta área, mas iremos iniciar a nossa função, com a ajuda da Segurança Social que tem colaborado connosco. Parece-nos que temos, neste momento, condições para iniciar o desenvolvimento desta competência. Estamos



a trabalhar também, no sentido de criar condições para que os técnicos que vêm possam, de imediato, iniciar as suas funções que vão ser prestadas no Centro Municipal de Exposições, em salas que estamos a preparar para o efeito.” -----

----- Aberto um segundo período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **VICTOR OLIVEIRA SANTOS** expôs o seguinte: “Senhor Presidente, eu não estava propriamente a criticar. Na página do Município, depois de uma ausência, até se conseguiu uma maior participação do que nos anos anteriores. Isto é um sinal positivo, pois já conseguimos o mais difícil, que foi alterar “questõezinhas”. Não era intuito estar a criticar a falta de funcionamento, era sim saber de prazos, até porque tivemos uma reunião produtiva, o que entendo ter sido saudável. -----

Obrigado” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, eu gostaria de um esclarecimento relativamente à minha primeira questão sobre a contratação da Sociedade de Advogados para defender o Município. -----

O senhor Presidente disse “a razão das escolhas são razões nossas”. Estamos aqui para saber quais são essas razões. A Assembleia serve exatamente para isso. Ou seja, ou não existem ou, se se pode subentender, estes dois advogados seriam militantes do PSD, ex governantes do PSD. Quando diz que são razões nossas, pedia que me explicasse a razão, porque este não é um órgão consultivo, mas um órgão para ser esclarecido. -----

Volto a repetir, o ex Secretário de Estado, José Eduardo Martins e do antigo Ministro e comentador político, Marques Mendes” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Penso que expliquei. Competência. Conhecimento da matéria na área do ambiente. São áreas muito específicas e que têm conhecimento noutra tipo de situações sensíveis de outras câmaras que também conhecemos. Há pessoas competentes no PSD como há no PS e há pessoas incompetentes no PSD como há pessoas no PS. Não tenho que dar justificação sobre as escolhas que faço para o Município de Ourém. Tenho de dar justificações às pessoas



que votaram em mim. O Presidente da Câmara de Ourém tem a competência para escolher quem entende para defender o Município. Acrescento a isto, a competência e o conhecimento na matéria destes factos. Se, por exemplo, tivesse escolhido alguém ligado ao Partido Socialista, talvez o senhor deputado nem tivesse falado nessa questão. as razões são estas, apenas e só a competência e a questão do conhecimento na matéria de que estamos a falar.” -

02.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MAPA DE FLUXOS DE CAIXA (ANO ECONÓMICO DE 2021) E 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL (ANO ECONÓMICO DE 2022). -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 10552**, datado de **2022.02.11**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.02.07, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Sobre o assunto designado em epígrafe, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, prestou a sua informação registada sob o n.º 4615/2022, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: ----

“1. Mapa de Fluxos de Caixa – Ano económico de 2021 -----

---- O mapa da demonstração de fluxos de caixa (Anexo - A), findo em 31 de dezembro de 2021, denota o apuramento de um saldo de gerência, referente à execução orçamental, em 13.191.255,94 euros. -----

---- Neste âmbito, reporta a LOE/2021 no seu artigo 130.º que é permitida, com a aprovação do mapa de fluxos de caixa, a incorporação deste saldo, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas. -----

---- Considerando que ainda não foi aprovado o Orçamento de Estado para 2022 e conseqüentemente a respetiva Lei de Orçamento de Estado, foi publicado, em 31 de dezembro



de 2021, o Decreto-Lei n.º 126-C/2021, prorrogando a vigência da Lei do Orçamento de Estado 2021, no decurso de 2022, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2022.

---- Consequentemente, propõe-se a aprovação do mapa de fluxos de caixa, e em virtude da existência de um saldo de execução orçamental positivo, com a sua aprovação, efetuar a sua incorporação no orçamento de 2022, com recurso à revisão orçamental que seguidamente se propõe. -----

2. 1.ª Revisão Orçamental ao ano económico de 2022 -----

---- Na sequência de solicitação do Exmo. Sr. Presidente do Órgão Executivo e nos termos do ponto 8.3.1, particularmente face ao disposto na alínea a) do ponto 8.3.1.4 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e em observância aos princípios orçamentais definidos no ponto 3.1 do citado diploma, circunstância complementada com o previsto no artigo 130º da LOE/2021 /Lei 75-B/2020, de 31 de dezembro, com a prorrogação da sua vigência induzida pelo Decreto-Lei n.º 126-C/2021, de 31 de dezembro de 2021, propõe-se a aprovação da 1.ª proposta de revisão orçamental relativa ao ano económico de 2022, na que se incluem ainda, os efeitos resultantes da transferência de competências entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP e o Município de Ourém, conforme auto de transferência em anexo (Anexo – B), com impacto previsível a iniciar em 1 de abril de 2022, ou seja, com influência em 3 trimestres do ano económico. -----

---- Complementarmente, no âmbito da alteração ao mapa de pessoal 2022, no qual se sistematizam os assistentes operacionais que resultam da transferência de competências anteriormente referida, incluem-se ainda dois novos postos de trabalho a prover. -----

---- Na 1.ª proposta de revisão orçamental ano económico de 2022, consta: -----

- 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita – Ano económico de 2022 (Anexo – C); -----
- 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa – Ano económico de 2022 (Anexo – D); -----
- 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2022/2026 (Anexo – E); -----
- 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal 2022 (Anexo – F1 e F2). -----

---- Resumo e premissas inerentes à 1º Revisão Orçamental Proposta: -----

- **RECEITA** -----

---- Saldo da gerência – Ano económico de 2021 -----



---- Na sequência do ponto anterior, afeta-se à receita municipal o saldo orçamental da gerência apurado referente ao exercício de 2021 (saldo positivo de 13.191.225,94 euros). -----

---- Neste contexto, reporta-se que o orçamento vigente estabeleceu um montante de 12,5 milhões de euros disposto nas outras receitas de capital, o qual visava acomodar parte do impacto decorrente do saldo de gerência referente ao ano de 2021. Consequentemente, anula-se o valor previsto na referida rubrica residual, daí resultante um excedente em 691.350 euros.

---- Transferências de competências na área da Saúde com início em 1 de abril de 2022 -----

---- Assunção de comparticipação resultante do Orçamento de Estado, no montante exato das despesas incrementadas em diversos capítulos, resultantes da transferência de competências nesta área, conforme o apuramento disposto no Anexo – B, com um valor total de 329.800 euros em 2022 e 435.000 euros, valor anual nos anos seguintes (2023 a 2026) -----

---- Diminuição do valor previsto captar em 2022 inerente a fundos comunitários -----

---- Considerando a morosidade subjacente à aprovação do novo programa comunitário de apoio financeiro, diminui-se a dotação orçamental das receitas previstas no capítulo 10.03.07 em 691.350 euros. -----

---- Deste modo, embora seja expectável garantir-se financiamento consignado no âmbito do investimento subjacente à Unidade de Cuidados de Saúde de Caxarias, face ao hiato temporal previsto até à obtenção efetiva do respetivo contrato e observando a fase de maturidade em que se encontra o procedimento concursal promovido para a contratualização deste investimento, estabelece-se a exclusão desta receita no orçamento da receita de 2022, ou seja, estabelecendo-se, nesta período, a alocação de recursos próprios à prossecução desta despesa. -----

---- Aumento global da despesa -----

---- Face às variações expostas, verifica-se um aumento global do orçamento da receita em 329.800 euros no ano de 2022 e em 435.000 euros nos restantes anos do quinquénio cujo horizonte é disposto nesta previsão (2023 a 2026). -----

• DESPESA -----

---- Resultante da transferência de competências na área da Saúde: -----

• Ano de 2022 -----



- o Valor correspondente a $\frac{3}{4}$ do valor apurado pela ARSLVT: reforço global em 329.800 euros, vertido nas diversas classificações económicas subjacentes; -----
- Anos de 2023 a 2026 -----
 - o Valor anualizado correspondente à integralidade do valor apurado pela ARSLVT: Reforço global anual em 435.000 euros, vertido nas diversas classificações económicas subjacentes. -----

---- **Alteração n.º 1 ao mapa de pessoal 2022:** -----

---- A alteração que se reporta no mapa de pessoal em causa, no que concerne ao aumento da despesa resultante da integração dos assistentes operacionais que tramitarão para o Município de Ourém, no âmbito da transferência de competências, dispõe de repercussão direta entre o aumento da despesa, seja em 2022, seja nos anos seguintes. -----

- 2 postos de trabalho adicionais contemplados e ao suplemento de penosidade/insalubridade a atribuir em 2022 -----

---- Relativamente aos dois postos de trabalho adicionais contemplados, estes representam um acréscimo as despesas com pessoal em 18.800 euros em 2022 e de 45.000 euros, anualmente, nos anos seguintes. O suplemento referido significa uma despesa na ordem dos 11.600, no decurso de 2022. -----

---- Para equilíbrio do efeito orçamental resultante deste acréscimo, determinou-se uma anulação das dotações inerentes à aquisição de matérias-primas (-30.400 euros em 2022 e em -45 mil euros, anualmente de 2023 a 2026). -----

---- **Aumento global da receita** -----

---- Face às variações expostas, verifica-se um aumento global do orçamento da despesa em 329.800 euros no ano de 2022 e em 435.000 euros nos restantes anos do quinquénio cujo horizonte é disposto nesta previsão (2023 a 2026). -----

---- **Aprovação** -----

---- Note-se que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as revisões orçamentais (e seus documentos integrantes, como é o caso da alteração n.º 1 ao mapa de pessoal apresentada). -----



---- Igualmente, compete à assembleia municipal a aprovação do mapa de fluxos de caixa (conforme prevê a alínea I) do n.º 2 do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, considerando que o mapa mencionado integra os documentos de prestação de contas do município, devendo esta ser uma ação precedente à aprovação da revisão orçamental. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Parece um assunto pouco importante e muito técnico, mas acreditem que não é. É na realidade algo que tem a ver com a vida diária dos ourensenses, senão vejamos alguns factos: -----

- Foram cobrados aos Ourenses milhões de euros a mais, que por incapacidade deste e o do anterior executivo não foram aplicados na melhoria da qualidade de vida dos habitantes do nosso concelho -----

- Esses executivos projetaram gastar esses valores e não tiveram a capacidade de executar. ---

- Fizeram propagandas consecutivas de maiores orçamentos de sempre. Podemos ver os jornais locais, os jornais digitais da região. Estes aumentos são puramente artificiais -----

- O resultado final é a incapacidade da governação municipal e o adiar sistemático daquilo que estaria ao alcance se existisse uma gestão competente e assertiva. -----

Aqui chegados, queremos perguntar ao Sr. Presidente de Câmara se admite a incapacidade para cumprir o projetado e se assim for vai aliviar os bolsos das famílias ourienses, optando por uma diminuição da receita, cobrando menos impostos, menos taxas e outros que tais.” -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Gostaria de dar nota de que, de facto, tal como o senhor Presidente da Câmara Municipal dizia, em dezembro último, que este saldo de gerência que na altura estimava-se em 12.5 milhões de euros, mas que agora somos confrontados com 13.1 milhões de euros, se é verdade que ele poderá resultar de um excesso de receita, como dizia, em relação ao orçamento inicial, bem como de uma poupança em termos de despesa corrente, a



verdade é que, também não deixa de ser verdade, que ele poderá resultar da falta de alguns investimentos que estavam previstos e que não foram executados. O problema talvez esteja a montante, ou seja, o facto de haver por parte da Câmara Municipal uma reiterada incapacidade de executar aquilo que planeia. -----

O MOVE entende, sem por em causa, digamos assim, a reafecção destes montantes, é nossa intenção abstermo-nos porque consideramos que há aqui, a montante, um problema maior que é a incapacidade de executar aquilo que se planeia. Não basta planear é preciso também executar. -----

Muito obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Este assunto acontece todos os anos porque há saldos de gerência desde sempre. Até parece que os saldos de gerência apareceram agora. -----

Vejo com alguma admiração as palavras que o senhor Nuno Baptista aqui disse, “incapacidade de execução, incompetência e falta de assertividade”. Recordo que estamos a falar de números de 2021, o saldo de gerência que agora estamos a aprovar refere-se ao exercício de 2021. -----

Se fossemos competentes, assertivos e tivéssemos uma boa capacidade de execução, o executivo em vez de ser 6-1, seria 7-0, e na AMO, o Partido Socialista em vez de estar 5, estariam 1 ou 2. Talvez do MOVE nem estivesse ninguém. Porque, se nós com esta incompetência, com esta falta de assertividade, com esta incapacidade de execução tivemos o resultado que tivemos nestas eleições, o que seria se tivéssemos tudo isto. Os senhores ainda não aprenderam a fazer a fazer oposição. O público que votou viu a imagem daquilo que entendia do nosso exercício durante quatro anos. -----

Gostaria de dizer que o saldo de gerência tem a ver com poupança corrente, aumento de receitas além do que está orçamentado e, ainda bem, porque demonstra capacidade financeira das nossas empresas a gerar riqueza e pagamento de impostos, Derrama, IRS, IMI. Tudo isto é importante. -----

Obviamente, também resulta, e não escamoteio isso, de que a execução não é a que queríamos, mas, não é aqui e não é em qualquer concelho do país. Se o senhor deputado



soubesse as dificuldades que há, hoje, na adjudicação de um qualquer projeto, as questões administrativas inerentes a esse mesmo projeto, os vistos do Tribunal de Contas, os procedimentos das empreitadas que ficam desertos, não há empresas para fazer as obras atempadamente. A questão da COVID, houve inúmeras empresas e trabalhadores que foram afetados, não podendo trabalhar. Tudo isto contribui para que a execução não seja aquela que gostaríamos que tivesse sido. -----

São estas as razões para esta situação. -----

O que estamos hoje a discutir, é a afetação dos 3 milhões e cem ao novo orçamento municipal. O que estamos a discutir é que esses 3 milhões e cem vão permitir que o centro de saúde de Caxarias possa ser feito mais rapidamente e que a Câmara Municipal não tenha que se voltar a endividar para fazer face aos investimentos que tem em curso. É isso que está em causa e é isso que os senhores deputados hoje vão votar. -----

Ao senhor deputado João Pereira, penso que as questões são as mesmas, pelo que reitero aquilo que acabei de dizer. -----

Obrigado” -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, COM 06 ABSTENÇÕES – 05 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL MOVE; 27 VOTOS A FAVOR – 26 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 01 GRUPO MUNICIPAL PS – 33 PRESENCAS.**

----- De seguida, registaram-se as declarações devoto, dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Pelo facto de não podermos concordar com esta política de sucessivos adiamentos do desenvolvimento do nosso concelho e de desorientação nos cumprimentos orçamentais, mas reconhecendo a necessidade de dar utilidade aos recursos disponíveis, o sentido de voto é de abstenção à proposta apresentada.” -

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “No que se refere a este ponto da Ordem de Trabalhos, cumpre-nos



fazer, em primeiro lugar, um breve enquadramento desta questão, e dizer que o saldo final da gerência anterior é o valor que resulta da diferença entre as importâncias arrecadadas (recebimentos + saldo inicial) e os pagamentos ocorridos no decurso de um determinado exercício económico. -----

Este saldo encontra-se expresso no mapa de fluxos de caixa, documento que reflete a execução orçamental. -----

Pelo que, em termos patrimoniais, o montante do saldo da gerência anterior corresponde aos valores em caixa e em depósitos bancários espelhados no balanço, acrescido do saldo de operações de tesouraria. -----

Dito isto, se é verdade que o valor apurado de mais de 13 Milhões de Euros (mais concretamente 13.191.225,94 Euros) poderá reflectir um excesso de receita quando comparado com o orçamento inicial, assim como um incremento da poupança ao nível da despesa corrente prevista em orçamento, se tudo isto é verdade, não deixa de ser menos verdade o facto de o saldo final da gerência anterior também poder reflectir os investimentos que, embora inicialmente previstos, não foram depois executados. -----

Ora, achamos que é precisamente nesta última variável que a questão se coloca com maior acuidade. Na realidade, parece-nos que a não realização de investimentos que estavam inicialmente previstos pressupõe uma certa incapacidade de a Câmara Municipal cumprir com aquilo que se propôs fazer. -----

Neste sentido, à semelhança do que fizemos aquando da discussão do Orçamento 2022 e das GOP'S, o nosso sentido de voto neste ponto da Ordem de Trabalhos não pode deixar de ser o da ABSTENÇÃO." -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO COM O MUNICÍPIO DE TOMAR. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 10476**, datado de **2022.02.10**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.02.07,



solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para celebração de adenda ao protocolo efetuado com o Município de Tomar, em 10 dezembro 2021. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No âmbito da requalificação de estrada, entre os lugares de Estremadouro e Lameirinha, com a designação de CM 607, no Concelho de Ourém e de CM 607 e CM 1087, no Concelho de Tomar, a 10 de dezembro de 2021, a Câmara celebrou protocolo com o **Município de Tomar**, com sede na Praça da República, em Tomar, com o objetivo de estabelecer os respetivos procedimentos, com vista à comparticipação daquele Município nos custos da obra, a ocorrer na sua área jurisdicional, no montante de 158.037,00€ (IVA incluído). -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo acompanhado com a proposta de adenda ao protocolo (registada sob o n.º 44.839-A/2021), elaborada pelo **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, que consiste na alteração ao n.º 2, da Cláusula II, que passa a ter a seguinte redação: -----

1. “(...) -----
2. O Município de Tomar, comparticipa no montante de 158 037,00 € (Cento e Cinquenta e Oito Mil e Trinta e Sete Euros), acrescido do IVA, relativos aos custos da obra referida na cláusula I, que corresponde à intervenção que irá ocorrer na sua área jurisdicional e consequentemente da sua competência.” -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



02.05 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REGULAMENTO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DO MUNICÍPIO DE OURÉM – VERSÃO FINAL.

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 4530**, datado de **2022.01.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.01.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Na reunião de 25 de outubro de 2021, a Câmara deliberou submeter a proposta de regulamento indicado em epígrafe a consulta pública, por um período de 30 dias, nos termos e para efeitos do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

---- Publicado na 2.ª Série – N.º 225, do **Diário da República**, no dia 19 de novembro de 2021, a referida proposta de regulamento esteve a consulta pública até ao dia 04 de janeiro de 2022.

---- Nesta reunião foi apresentada a versão final do regulamento, registada sob o n.º 2400-A/2022, remetida pelo **Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência**. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



02.06 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 4629**, datado de **2022.01.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.01.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorização para isentar os requerentes do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

----- **APÓS BREVE ANÁLISE, A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RETIRAR A MATÉRIA DA ORDEM DE TRABALHOS, REMETENDO-A À CÂMARA MUNICIPAL PARA REAPRECIACÃO – 33 PRESENCAS.** -----

02.07 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE ALBURITEL – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 9297**, datado de **2022.02.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.01.03, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, autorização para isentar a Freguesia de Alburitel, do pagamento do valor 749,52 euros, inerente ao processo n.º 121/2020 (requalificação do edifício onde funcionou a antiga escola primária, sita na Estrada de Alburitel, em Toucinhos, da referida Freguesia) de que é titular. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a carta registada sob o n.º 14.477/2021, da **Freguesia de Alburitel**, com sede na Rua Álvaro Teles, n.º 100-A, em Alburitel, deste Concelho, a solicitar a isenção do pagamento das taxas correspondentes ao processo de obras registado sob o n.º 121/2020, relativo à requalificação do edifício onde funcionou a antiga escola primária, sito na Estrada de Alburitel, em Toucinhos, da referida freguesia. -----



---- Ouvida sobre o assunto, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 37.461/2021, a dar conta de que o montante das taxas a isentar é de 749,52€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE BEM ESTAR DE URQUEIRA - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 13743**, datado de **2022.02.22**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.02.18, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, autorização para isentar a Associação de Bem Estar de Urqueira, do pagamento do valor 3.642,26 euros, inerente ao processo n.º 341/2020 (licenciamento de alterações a edifício destinado a lar de idosos) de que é titular. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a carta registada sob o n.º 2658/2022, da **Associação de Bem Estar de Urqueira**, com sede na Estrada dos Penedos, n.º 20, em Urqueira, deste Concelho, a solicitar a isenção do pagamento das taxas referentes ao processo n.º 341/2020 (licenciamento de alterações a edifício destinado a lar de idosos) por ser uma instituição sem fins lucrativos. -----



---- Ouvida sobre o assunto, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 3446/2022, a colocar a decisão superior o cálculo das taxas a isentar, no valor de 3.642,26€. -----

---- Do processo faz ainda parte a informação registada sob o n.º 8961/2022, da **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território**. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONTRATO DE DELEGAÇÃO DA COMPETÊNCIA “GESTÃO E CONSERVAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL E DA CASA MORTUÁRIA”. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 13742**, datado de **2022.02.22**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.02.18, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para celebração de contrato de delegação de competências com a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, conforme texto proposto. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No âmbito do assunto designado em epígrafe (a que corresponde o processo registado sob o n.º 77.593/2021) e conforme prevê a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, por despacho datado de 20 de novembro de 2021, do Senhor Presidente, foi incumbida a Divisão de Fiscalização e



Contencioso de elaborar texto de contrato de delegação de competências por parte da Câmara na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade. -----

---- Em cumprimento daquele despacho, o **Chefe da Divisão de Fiscalização de Contencioso**, remeteu para apreciação e aprovação, proposta de texto de contrato interadministrativo, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 120.º, do referido diploma, com vista à concretização da delegação daquela competência na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENÇAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - DECRETO-LEI N.º 23/2019, DE 30 DE JANEIRO – ÁREA DA SAÚDE. ---

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 13425**, datado de **2022.02.21**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.02.18, solicitando, a este órgão deliberativo, que se pronuncie sobre a posição tomada em sede de reunião camarária. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No âmbito do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, relativo à transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde, foi apreciada a informação registada sob o n.º 10.468/2022, do **Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência**, a referir conforme se passa a transcrever: “(...) Em complemento a estes dados, devemos ainda referir que os veículos que transitam para o município, com exceção de um, são completamente obsoletos e



com necessidade urgente de substituição (Um de 1990, um 1197 e dois do ano 2001). Não está prevista nenhuma verba para a manutenção dos espaços exteriores do Centro de Saúde de Ourém, uma vez que já era o município que procedia à mesma, penalizando assim quem de forma altruísta já apoiava. Os valores dos contratos previstos serem com base em valores de 2019, desfasados dos atuais. -----

---- Em sumula, considera-se que existem um conjunto de situações que não estão devidamente esclarecidas e acauteladas, e que poderão traduzir-se numa possível quebra dos serviços prestados, nomeadamente no que concerne à operacionalização do transporte para a prestação de cuidados de saúde primários, ao n.º de assistentes operacionais que transitam para o município, ao valor efetivamente a transferir, uma vez que é inferior em cerca de 40 mil euros, em relação à “última proposta” da própria ARSLVT e manifestamente insuficiente para suportar as despesas efetivas. -----

---- Pelo exposto, e apesar do executivo ter sempre pautado a sua atuação pela defesa intransigente do processo de descentralização, proponho que se pondere os prós e os contras da assinatura do referido Auto (...). -----

---- O processo encontra-se ainda instruído com o auto de transferência a celebrar, remetido pela **Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.** -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Vem a esta Assembleia Municipal a discussão da aceitação do processo de transferência de competências no domínio da saúde, como prevê o Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro. -----

O prazo limite decretado para os municípios se pronunciarem é até 31 de março e por isso impõe-se a decisão do executivo sobre a aceitação ou não dessas competências. -----

Este é um procedimento meramente preventivo visto que, caso não exista alargamento do prazo, a partir de 31 de março de 2022, os municípios terão que aceitar esta descentralização.

Nos documentos anexos, são explicitadas algumas das dúvidas do executivo municipal. -----



Não nos parece que a questão financeira seja a mais importante, tendo em conta a situação financeira desafogada do município, como podemos verificar pelo estratosférico valor de saldo de gerência hoje apresentado. -----

Acima de tudo, este ponto, é uma oportunidade única para iniciarmos um debate profundo sobre a saúde no nosso concelho. A Assembleia Municipal deverá ter um papel fulcral desse debate. Não nos podemos esquecer que, na última sessão desta Assembleia, foi proposto, pelo grupo municipal do Partido Socialista a realização de uma Assembleia Municipal temática sobre o tema da Saúde no nosso concelho, conforme consta da ata que acabámos de aprovar. *“A Assembleia Municipal de Ourém, deverá também ter um papel importante nesta discussão, nomeadamente procedendo à convocação de uma sessão temática, convidando representantes do governo, da ACES, da Ordem dos Médicos, dos Sindicatos dos médicos, da Ordem dos Enfermeiros, dos Sindicatos de Enfermeiros e outros que achar por convenientes, para tentar pensar em soluções. Aqui fica o repto.”* Nada foi dito por parte da mesa, sobre a referida proposta. -----

Pelas pequenas incertezas e por se tratar de um procedimento meramente preventivo, o sentido de voto do grupo municipal do PS, nesta matéria, será de abstenção.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Parece-me razoável, e possa partir da iniciativa desta Assembleia, de qualquer um dos seus membros ou grupos municipais, a realização de uma sessão temática sobre este tema, a Saúde em específico, de acordo com o que foi proposto. -----

Parece-me também interessante que deveríamos começar pelo mais eficaz em termos de procedimento e de trabalho. Essa eficácia, parece-me, seria concretizada com a realização de uma comissão para esse efeito, como existiu no passado, uma comissão que começou o seu trabalho, auscultou as entidades. Numa sessão exclusiva para isso não teria a mesma eficácia, mas, poderemos fazê-la na mesma. -----

Esperava que a iniciativa partisse das bancadas, mas, poderá ser da iniciativa da mesa da AMO, e se concordarem far-se-ia a constituição de uma comissão dedicada à temática, uma comissão permanente, com membros de todos os grupos municipais, que estudará, fará as



diligências externas que entender necessárias. O tema, em si, carece de muita atenção, devendo debruçarmo-nos sobre ele. -----

Na área específica da Saúde, o concelho de Ourém não é, como foi dito, um concelho como tantos outros. O concelho de Ourém está mais prejudicado do que a maioria dos concelhos como o nosso. Aquando de decisões políticas, e é disso que se trata, tomaram a decisão de, em primeira instância, terem hospitais distritais, em municípios que são de menor dimensão que Ourém. Como se não bastasse, por decisões também políticas, esses hospitais distritais, e no nosso caso que estamos inseridos no Médio Tejo, dedicassem um médico cirúrgico num sítio mais longínquo daquele onde estamos, o concelho de Abrantes. Tentou-se colmatar, de alguma forma, esta situação com o serviço do hospital de Leiria a prestar serviço ao concelho de Ourém, o que me parece, manifestamente, pouco, como resposta. Digo, manifestamente pouco, porque há freguesias que ficam bem servidas, nomeadamente, a Freguesia de Fátima, mas, o resto das freguesias, nomeadamente, as do norte do concelho, não ficam. Ficariam muito melhor porque têm algumas acessibilidades, até boas, e foi esta a lógica com que, permitam-me a expressão, “venderam” o IC9, é que nos tornaria mais próximos destes centros de saúde, que é o caso do centro de Tomar. -----

Também não é verdade que a maioria dos concelhos do distrito de Santarém tenham o número e a carência de médico de família como tem Ourém. Talvez porque Ourém tem mais habitantes do que a maioria dos outros concelhos do distrito, o que é uma grande lacuna. Também não é verdade que a grande maioria dos concelhos, com a mesma dimensão de Ourém, não tenham um serviço de urgência a funcionar, e Ourém, não tem. -----

São estas questões que o Presidente da Assembleia Municipal, juntamente, com o Presidente da Câmara Municipal e o senhor deputado, na altura, António Gameiro, também membro desta comissão, reuniram com o senhor Secretário de Estado, António Sales, que reconheceu esta grave lacuna no concelho de Ourém. Disse que tentaria remediar, mas até hoje, nunca foi feito. Nós não podemos, sob o pretexto da aprovação de uma delegação de competências nos municípios, nesta área da Saúde, tapar, permitam-me a expressão “o sol com a peneira”. O problema é muito maior. Não podemos dar uma aspirina, quando o nosso tumor está por tratar, precisando mesmo de uma quimioterapia mais forte. Permitam-me aqui o paralelismo na área



da Saúde. A Saúde no concelho de Ourém está muito doente e os nossos utentes não são menos do que aqueles que são de Abrantes, nem os que são de Tomar, ou os que são de Torres Novas. Os cidadãos de Ourém, não é porque votam em partidos diferentes daqueles dos governos, nos últimos anos, que deixam de ter a oportunidade de ter acesso à Saúde, porque a Lei, os nossos direitos humanos dizem, precisamente isto, que os cidadãos têm direito à igualdade dos serviços e o Serviço de Saúde é primário no serviço às populações. -----
Ourém tem sido bafejado pela sorte, tem tido alguns “felizardos” do concelho de Ourém que vão trabalhando nalguns desses serviços descentralizados da Saúde no distrito. Mas isso, são oportunidades para alguns, não são para todos.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Agradeço alguns esclarecimentos que o senhor Presidente prestou. Aquilo que está aqui em causa nada tem a ver com a questão da Saúde no concelho de Ourém. O que está em causa é a descentralização de 11 assistentes operacionais que hoje estão afetos à saúde e que iriam ou irão passar para a jurisdição do Município de Ourém. O que está em causa é a gestão da luz, do telefone, da segurança, do gás, da água, dos gasóleos, das viaturas, para o Município de Ourém. nada tem a ver com a questão da falta de médico, uma situação perfeitamente identificada e sinalizada junto de quem de direito. -----

Estamos aqui a discutir, apenas e só, essa situação. -----

Gostaria ainda de dizer que a deliberação de Câmara é clara “*A Câmara deliberou, por maioria, não celebrar o Auto de Transferência, atendendo a que existe um conjunto de situações que se consideram pouco esclarecidas e clarificadas.*” É isto que está em causa. -----

Aquilo que o senhor deputado Nuno Baptista veio dizer não tem a ver com aquilo que estamos a discutir. A deliberação camarária não deixa dúvidas. Se os senhores deputados do partido Socialista se abstêm significa que, se aqui estivessem, aceitariam esta delegação de competências nas condições que está a ser proposta, o que entendo ser lesivo para os interesses do Município. -----

Muito obrigado” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, expôs o seguinte: “O título diz “*Apreciação e votação da*



proposta camarária – Descentralização administrativa”. Em nenhum momento diz “Auto de consignação” -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, APROVADO POR MAIORIA, COM 04 ABSTENÇÕES GRUPO MUNICIPAL PS; 29 VOTOS A FAVOR – 26 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 02 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL MOVE – 33 PRESENCAS. ---**

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, o membro da Assembleia Municipal, senhor HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA, ausentou-se da sessão. -----

02.11 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DE JUNTA DE FREGUESIA NO CONSELHO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 4532**, datado de **2022.01.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.01.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a nomeação de um presidente de junta de freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apreciada a informação registada sob o n.º 2150/2022, da **Divisão de Educação e Vida Saudável**, a colocar à consideração superior a indicação de representante de uma Junta de Freguesia do Concelho naquele Conselho. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Questionado o plenário, sobre eventuais propostas, verificou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----



= **CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, apresentou a seguinte proposta – Lista A: -----

- Presidente da Junta de Freguesia de Seiça, Ângela Vanessa Chaves Marques -----

----- Não se registando a apresentação de qualquer outra proposta, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, apurando-se os seguintes resultados: -----

----- Número de votantes – trinta e dois (32) -----

----- Lista A – vinte e sete votos (27) -----

----- Brancos – quatro votos (04) -----

----- Nulos – um voto (01) -----

----- **FACE AO EXPOSTO, FOI ELEITA A PRESIDENTE JUNTA DE FREGUESIA DE SEIÇA, ÂNGELA VANESSA CHAVES MARQUES** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DE JUNTA DE FREGUESIA NO CONSELHO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 4516**, datado de **2022.01.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.01.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a nomeação de um presidente de junta de freguesia para integrar o Conselho Municipal de Saúde. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- A **Divisão de Educação e Vida Saudável**, através da informação registada sob o n.º 2186/2022, colocou à consideração superior a indicação de representante de uma Junta de Freguesia do Concelho naquele Conselho. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----



----- Questionado o plenário, sobre eventuais propostas, verificou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, apresentou a seguinte proposta – Lista A: -----

- Presidente de Junta de Freguesia de Urqueira, Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco -----

----- Não se registando a apresentação de qualquer outra proposta, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, apurando-se os seguintes resultados: -----

----- Número de votantes – trinta e dois (32) -----

----- Lista A – vinte e seis votos (26) -----

----- Brancos – seis votos (06) -----

----- **FACE AO EXPOSTO, FOI ELEITO O PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA DE URQUEIRA, ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.13 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA - DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 13432**, datado de **2022.02.21**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.02.18, solicitando, a este órgão deliberativo, a designação de representantes no Conselho Municipal de Segurança, conforme informação prestada pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, a qual se passa a transcrever: “INFORMAÇÃO N.º: 010/2022/SMPC/1004 -----

ASSUNTO: Designação de representantes no Conselho Municipal de Segurança A Lei n.º33/98, de 18 de julho, criou os Conselhos Municipais de Segurança, qualificando-os de entidades de natureza consultiva, de articulação e de cooperação. -----

O Decreto-Lei n.º 32/2019 de 4 de março, terceira alteração à Lei n.º 33/98, de 18 de julho, determinou a alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, o qual foi aprovado pela Assembleia Municipal a 28 de dezembro de 2021. -----



No seguimento desta aprovação e de acordo com o indicado no Regulamento Municipal de Segurança, é necessário que sejam designados, pela Assembleia Municipal, representantes das entidades abaixo indicadas. -----

a) Dois representantes das entidades com atividade no setor de apoio social, cultural e desportivo, a designar pela Assembleia Municipal; -----

b) Um representante dos estabelecimentos de ensino público e um representante dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que operem no território do município, a designar pela Assembleia Municipal; -----

c) Um representante dos setores económicos com maior representatividade, a designar pela Assembleia Municipal. Face ao exposto, propõe-se que seja solicitado à Assembleia Municipal que designe os referidos representantes. -----

À consideração superior, “ -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a informação registada sob o n.º 11.253/2022, do **Serviço Municipal de Proteção Civil**, a colocar à consideração superior a designação de entidades e personalidades, com intervenção nas áreas que especifica, num máximo de cinco elementos, para integrarem aquele conselho municipal. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Questionado o plenário, sobre eventuais propostas, verificou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, apresentou as seguintes propostas: -----

Proposta A – Representantes das entidades com atividade no setor de apoio social, cultural e desportivo – Diretora Técnica da Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, Andreia Marques; Presidente Juventude Ouriense, Renato Amílcar Marques Lopes -----

----- Não se registando a apresentação de qualquer outra proposta, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, apurando-se os seguintes resultados: -----

----- Número de votantes – trinta e dois (32) -----



----- A favor – vinte e seis votos (26) -----

----- Brancos – seis votos (06) -----

----- **FACE AO EXPOSTO, FORAM ELEITOS, POR MAIORIA:** -----

- **SETOR DE APOIO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO – DIRETORA TÉCNICA DA FUNDAÇÃO DR. AGOSTINHO ALBANO DE ALMEIDA, ANDREIA MARQUES;** -----

- **PRESIDENTE JUVENTUDE OURIENSE, RENATO AMÍLCAR MARQUES LOPES.** -----

Proposta B – Representante dos estabelecimentos de ensino público que operem no território do município – Diretora Agrupamento Escolas Cónego Dr. Manuel Perdigão, Cláudia Maria Pereira Campos; Representante dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que operem no território do município – Diretor Executivo/Pedagógico Centro Estudos de Fátima, Manuel Pires Bento. -----

----- Não se registando a apresentação de qualquer outra proposta, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, apurando-se os seguintes resultados: -----

----- Número de votantes – trinta e dois (32) -----

----- Ensino público que operem no território do município – Diretora Agrupamento Escolas Cónego Dr. Manuel Perdigão, Cláudia Maria Pereira Campos -----

----- A favor – vinte e sete votos (27) -----

----- Brancos – cinco votos (05) -----

----- Ensino particular e cooperativo que operem no território do município – Diretor Executivo/Pedagógico Centro Estudos de Fátima, Manuel Pires Bento -----

----- A favor – vinte e seis votos (26) -----

----- Brancos – seis votos (06) -----

----- **FACE AO EXPOSTO, FORAM ELEITOS, POR MAIORIA:** -----

- **ENSINO PÚBLICO QUE OPEREM NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO – DIRETORA AGRUPAMENTO ESCOLAS CÓNEGO DR. MANUEL PERDIGÃO, CLÁUDIA MARIA PEREIRA CAMPOS;** -----

- **ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO QUE OPEREM NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO – DIRETOR EXECUTIVO/PEDAGÓGICO CENTRO ESTUDOS DE FÁTIMA, MANUEL PIRES BENTO.** -----



Proposta C – Representante dos setores económicos com maior representatividade –
Presidente Direção Associação Empresarial Ourém Fátima, Purificação Reis. -----

----- Não se registando a apresentação de qualquer outra proposta, procedeu-se à votação,
por escrutínio secreto, apurando-se os seguintes resultados: -----

----- Número de votantes – trinta e dois (32) -----

----- A favor – vinte e quatro votos (24) -----

----- Brancos – sete votos (07) -----

----- Nulos – um voto (01) -----

----- **FACE AO EXPOSTO, FOI ELEITA, POR MAIORIA:** -----

**- SETORES ECONÓMICOS COM MAIOR REPRESENTATIVIDADE – PRESIDENTE
DIREÇÃO ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL OURÉM FÁTIMA, PURIFICAÇÃO REIS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.14 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou
de que não se tinha verificado qualquer pedido de intervenção, por parte do público. -----

----- Neste momento, tomando a palavra, a 1.ª SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL, nos termos do n.º 3, do artigo 72.º do Regimento da AMO, questionou o plenário
sobre a aprovação do texto das deliberações mais relevantes, em minuta, sendo assinadas,
após aprovação, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, em minuta, o texto
das deliberações mais relevantes, tomadas nesta sessão.** -----

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária, o senhor PRESIDENTE DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas vinte horas e trinta minutos, da qual,



para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo Primeiro Secretário e pelo Segundo Secretário. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO